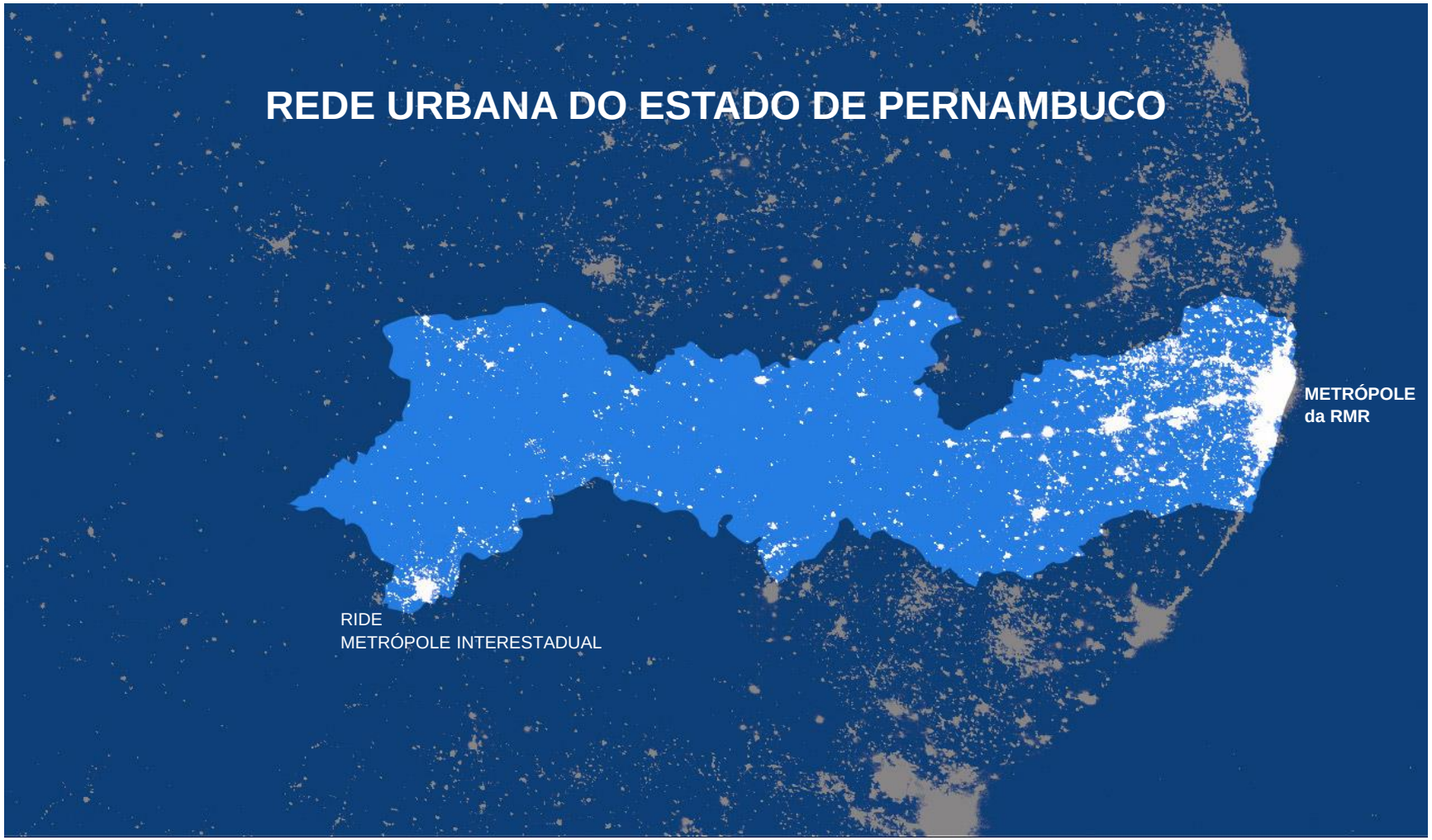
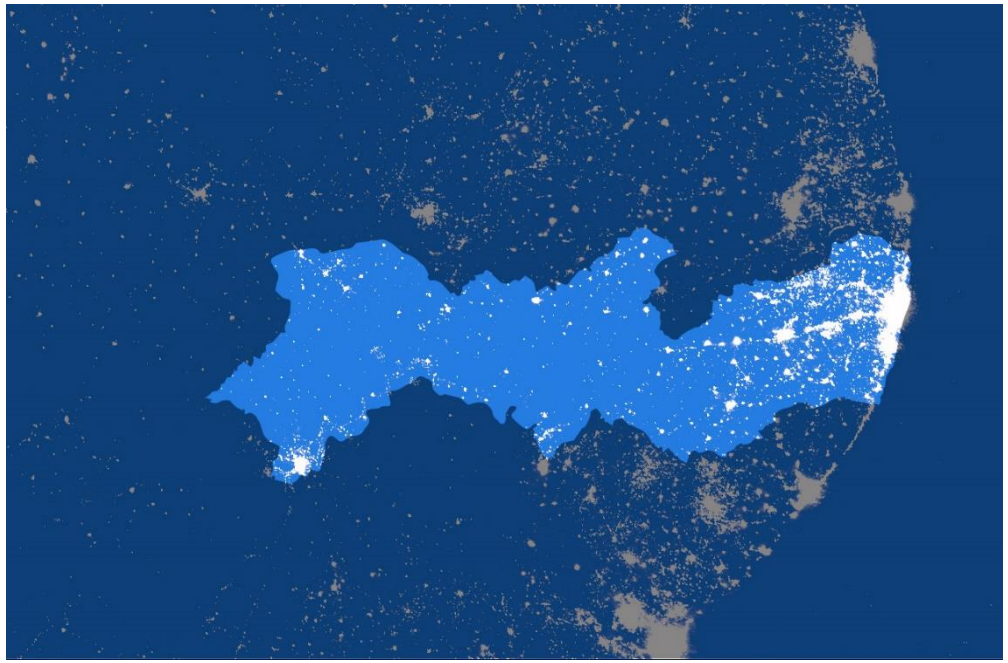
A METRÓPOLE
DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

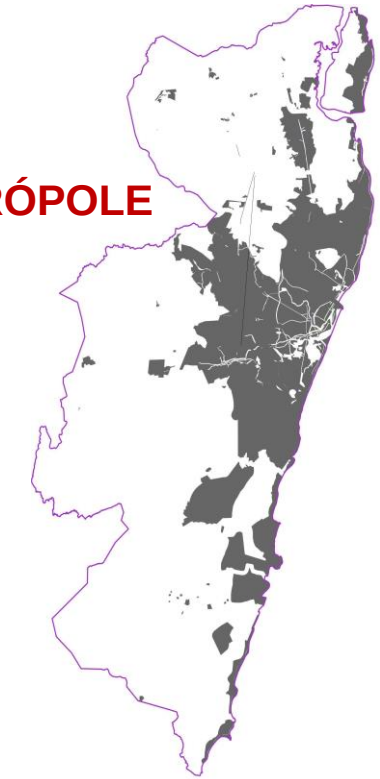


METRÓPOLE E REGIÃO METROPOLITANA

SÃO DUAS REALIDADES DISTINTAS



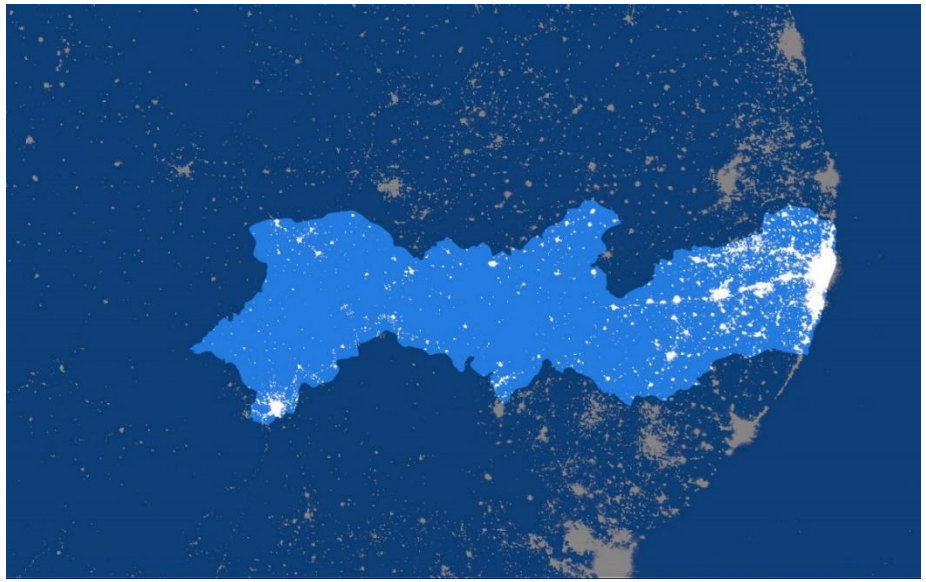
A METRÓPOLE



A REGIÃO METROPOLITANA

DECÁLOGO METROPOLITANO

(DEZ QUESTÕES ESSENCIAIS)



Que a região metropolitana é a região da metrópole;

Que a Metrópole é essência, o metropolitano é apenas referência;

Que a metrópole não é do Recife; o Recife é que é da metrópole;

Que a metrópole é cidade feita de cidades;

Que pensamos em Município, não em cidade;

Que o Município não pode sair da região por causa da metrópole;

Que o Município tem governo, a metrópole não;

Que as autoridades temem perda de poder;

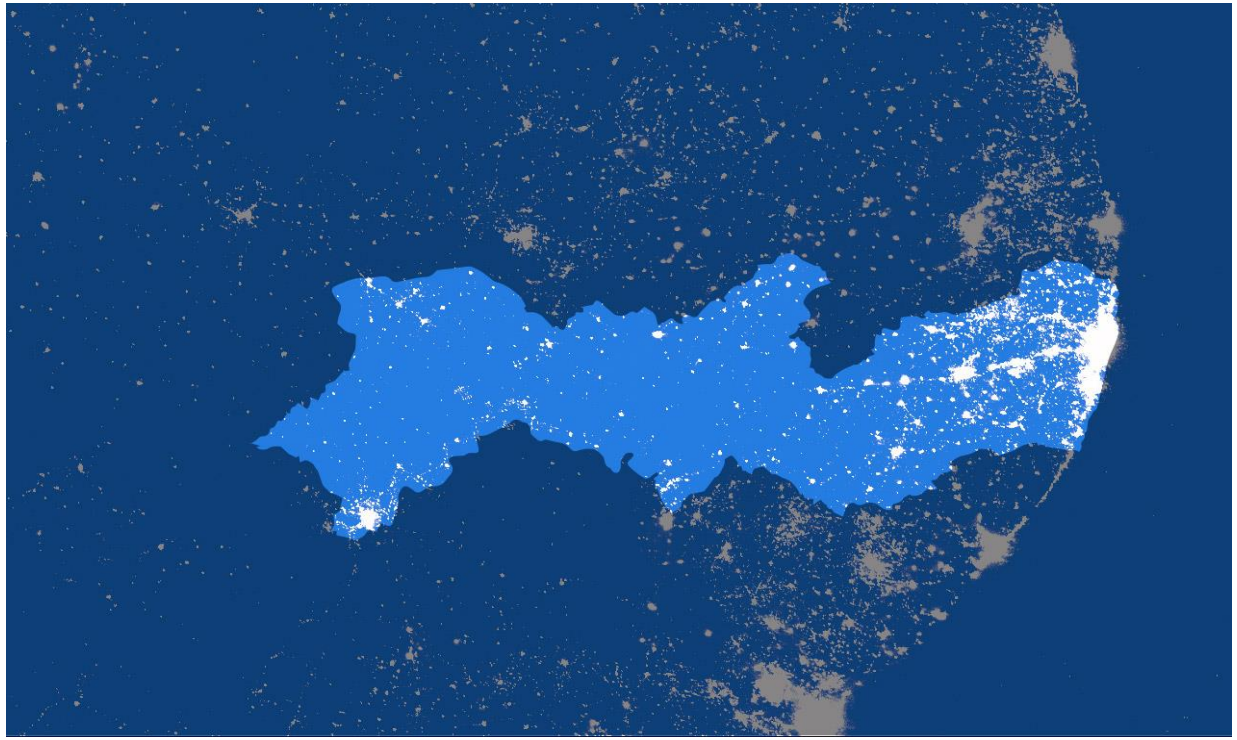
Que os serviços são urbanos, não municipais;

Que a Lei não referenda o Estado como único gestor da metrópole.

A METRÓPOLE: REALIDADE X IMPROPRIEDADE

A maior cidade do Estado e do Norte Nordeste
(Quase 4 milhões de habitantes)

O maior PIB do Estado e do Norte Nordeste
(76 bilhões de reais)



Não tem governança própria

Não tem legislação própria

Não tem representatividade política

Não tem planejamento

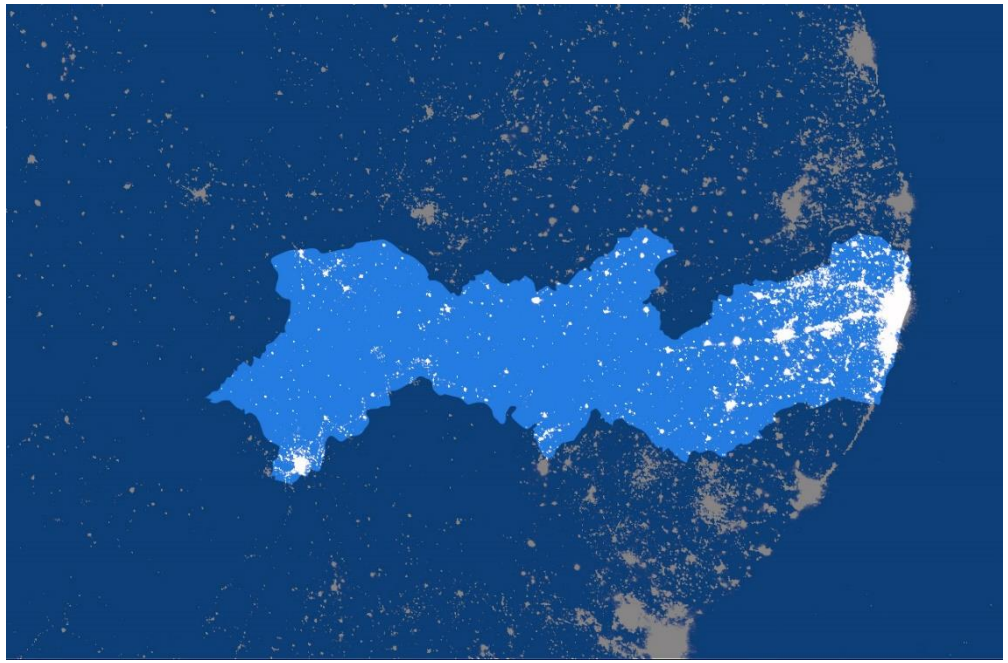
Não tem realidade fiscal

Não tem serviços urbanos

O ESTATUTO VEIO PARA CORRIGIR ESSA IMPROPRIEDADE

O QUE DIZ O ESTATUTO DA METRÓPOLE

LEI FEDERAL Nº 13.089/2015



QUE A METRÓPOLE DEVE TER:

Governança Interfederativa

(Estado e Municípios em condomínio)

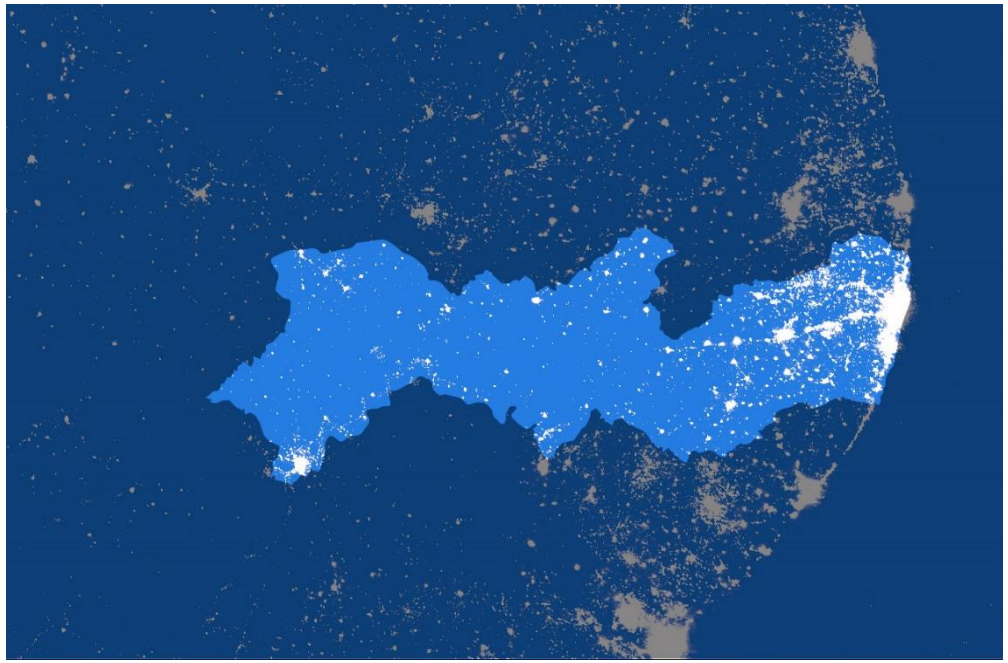
Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)

(Governança deve elaborar e implantar)

Prevalência do interesse metropolitano sobre o local

GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA

ARGUMENTO CENTRAL



Consórcio Público **(Lei Federal 11. 107/2005)**

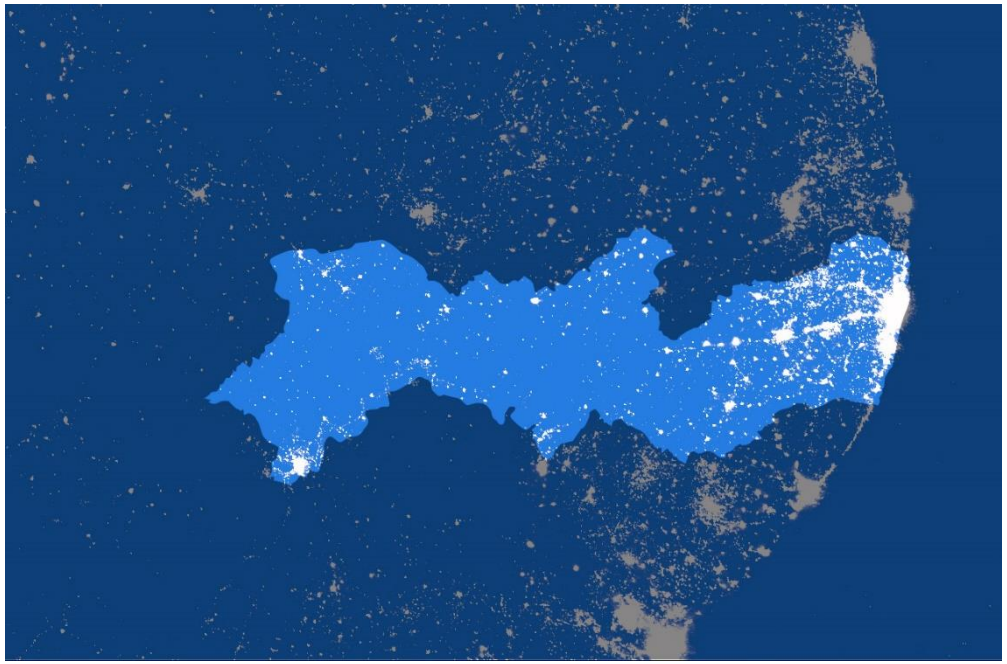
Estado de Pernambuco

Municípios da Região Metropolitana do Recife

O PROTOCOLO DE INTENÇÕES É O CAMINHO PARA O CONSÓRCIO

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO
(PDUI)

O PDUI precede ao planejamento do Município



Assim como o plano dos bairros não precede o plano da cidade, o plano municipal não precede o plano da metrópole

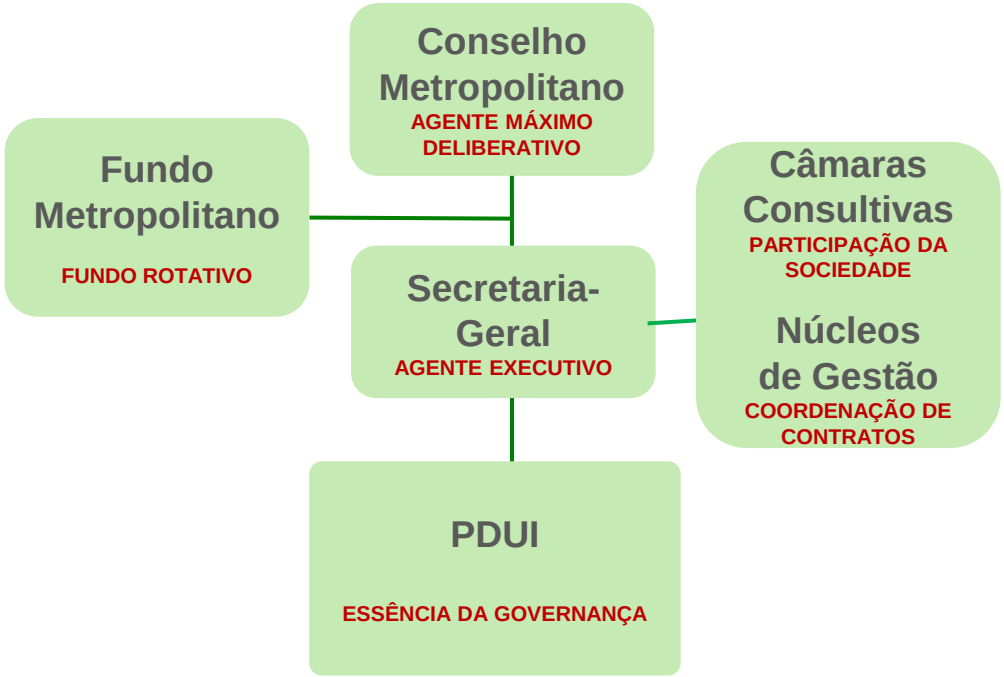
O PDUI É O OBJETO DA GOVERNANÇA METROPOLITANA

Planejar os municípios em detrimento da metrópole agrava os problemas locais

ESTRUTURA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

ÓRGÃO DE NATUREZA AUTÁRQUICA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS

PRESIDÊNCIA ROTATIVA ENTRE OS CONSORCIADOS



ONDE ATUA O PDUI?

A METRÓPOLE PRECISA

de ordenamento urbano;

de uma condição urbana policêntrica;

de mobilidade das pessoas e bens e de transporte público de passageiros;

de saneamento básico;

de processamento, disposição e destino final do lixo;

de segurança urbana;

de controle dos fluxos migratórios cotidianos;

da cooperação dos Municípios para objetivos comuns;

do apoio urbano aos complexos industriais;

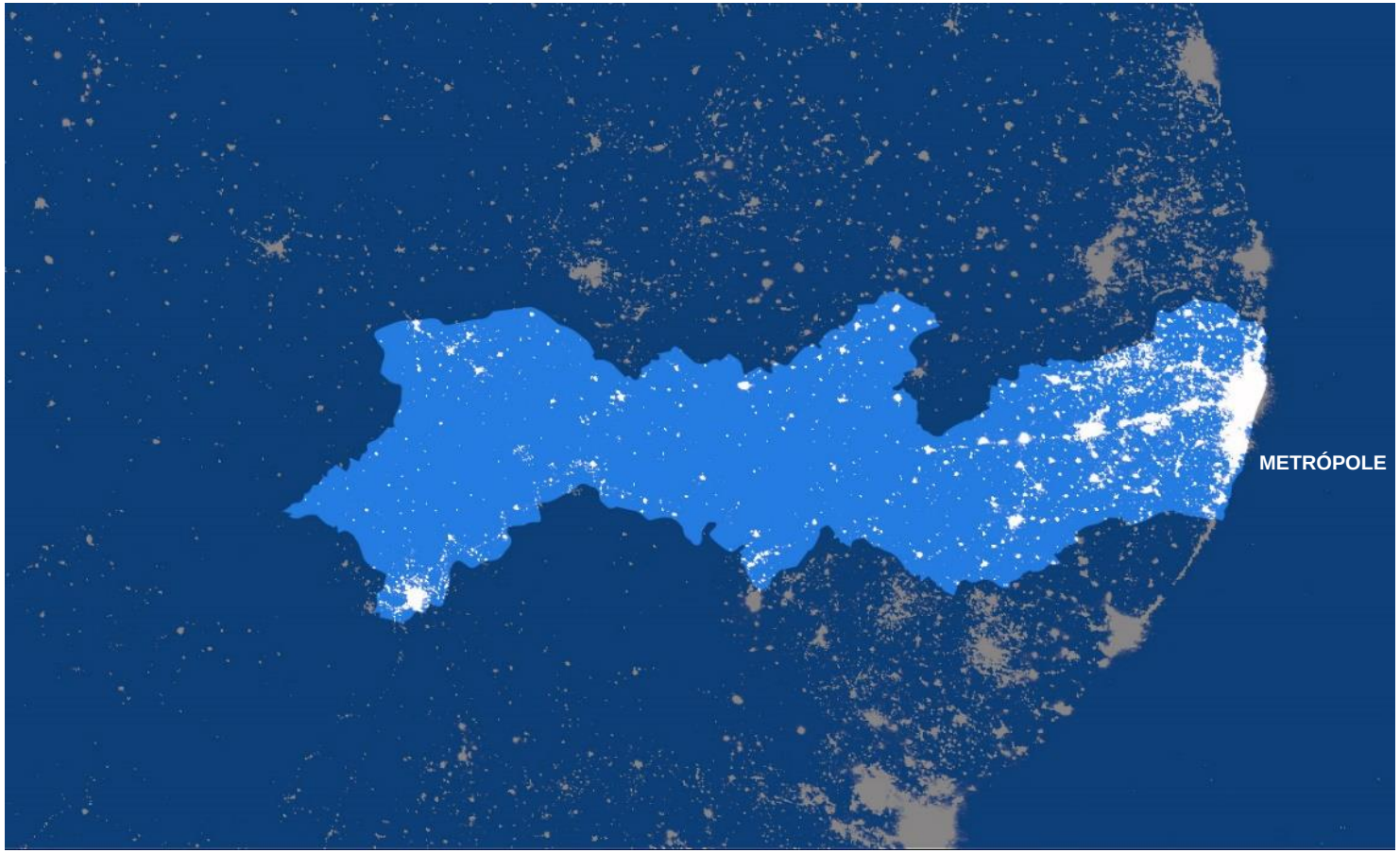
da promoção de políticas compensatórias para projetos de potencial rejeição.

O LEGADO DAS AUTORIDADES

Garantir que a Lei seja aplicada

Dar uma autoridade à metrópole, para as coisas da metrópole

A metrópole não pode continuar sendo a periferia do Recife



A GOVERNANÇA METROPOLITANA É, TAMBÉM, UM LEGADO DA SOCIEDADE

É UM DIREITO DO CIDADÃO URBANO

REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE
MOVIMENTO GOVERNANÇA DA METRÓPOLE

MANIFESTO DE ADESÃO

O Estatuto da Metrópole, instituído pela Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, estabelece a governança interfederativa das metrópoles brasileiras e a elaboração e implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), em prazo de 3 anos, a partir da aprovação da citada Lei. Os signatários deste Manifesto reconhecem a importância da metrópole da Região Metropolitana do Recife, como a maior cidade do Estado e do Norte/Nordeste do Brasil, com quase 4 milhões de habitantes e detentora do maior PIB regional, estimado em 76 bilhões de reais.

O Movimento instituído com este Manifesto tem caráter apartidário, é aberto a todas as organizações sintonizadas com o cumprimento da legislação federal e dá início a debates de grande importância para a população metropolitana, ainda sem rumo adequado na sua metrópole. A iniciativa deste Manifesto tem por propósito que a governança metropolitana seja aprovada até o final do corrente ano de 2017, como estabelece o Estatuto da Metrópole.

Recife, em 27 de março de 2017.

MAIS DE 20 ENTIDADES DA SOCIEDADE JÁ ASSINARAM ESTE MANIFESTO

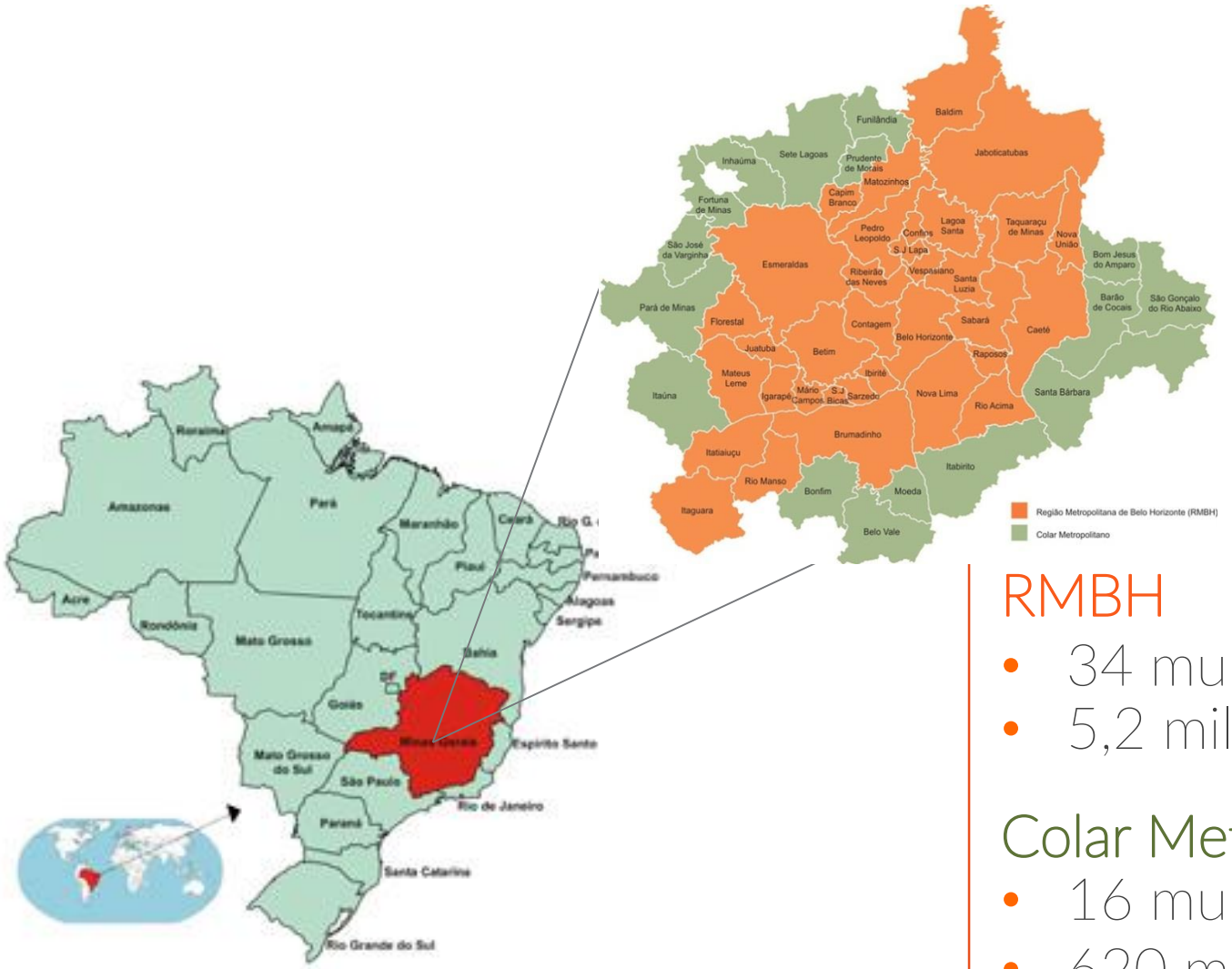
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Março de 2017

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

RMBH e Colar Metropolitano

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE



RMBH

- 34 municípios
- 5,2 milhões habitantes

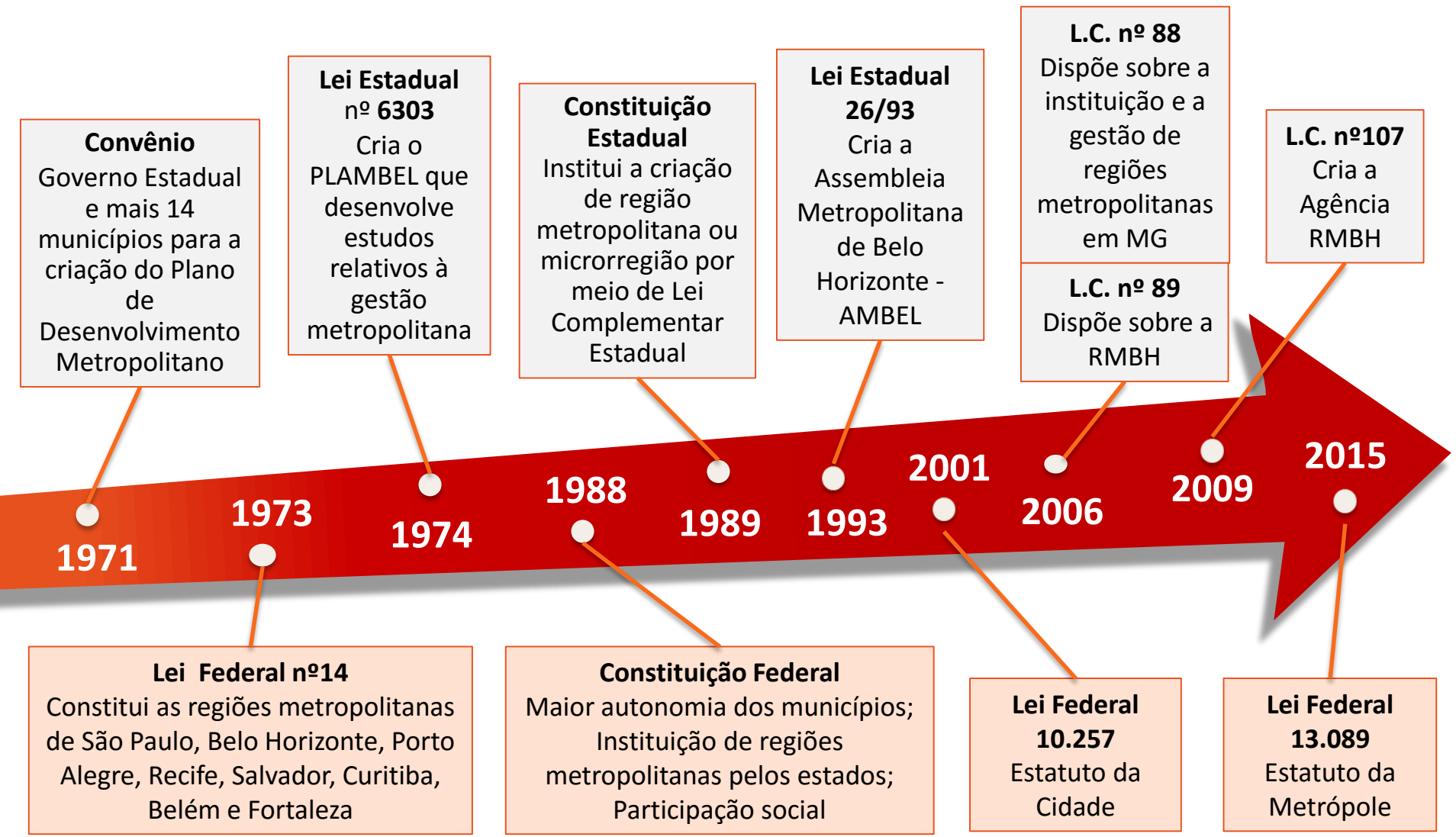
Colar Metropolitano

- 16 municípios
- 620 mil habitantes

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

Histórico da legislação

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE



CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.
(...)

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir **regiões metropolitanas**, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de **FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM.**

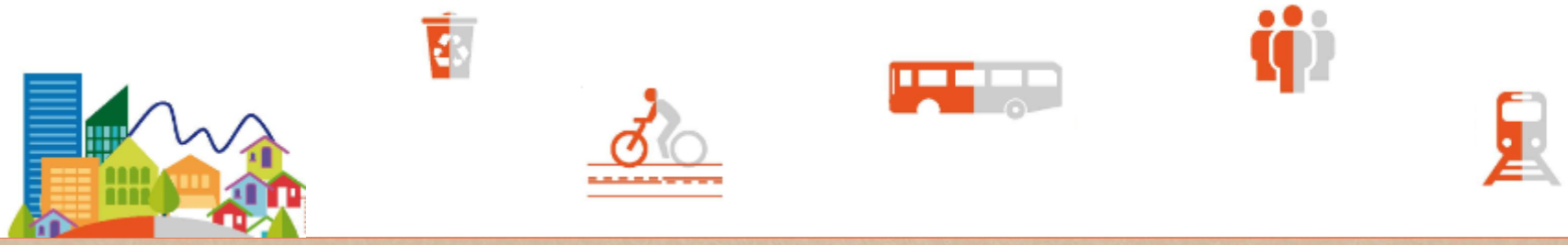
O que são FPICs?

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO MINAS GERAIS DE 1989

Art. 43 – Considera-se **FUNÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE COMUM** a atividade ou o serviço cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto nos outros Municípios integrantes da região metropolitana.

§ 1º – A gestão de função pública de interesse comum será unificada.

§ 2º – As especificações das funções públicas de interesse comum serão definidas na lei complementar que instituir região metropolitana, aglomeração urbana e microrregião.



O que são FPICs?

Lei Complementar Estadual nº 88/2006:

Art. 2º - O Estado poderá, mediante lei complementar, instituir **região metropolitana**, constituída por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a **organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.**

Parágrafo único. A gestão das funções públicas de interesse comum tem como objetivo principal o desenvolvimento econômico e social da região metropolitana, a partilha equilibrada dos seus benefícios, a definição de políticas compensatórias dos efeitos de sua polarização e o estabelecimento de planejamento de médio e longo prazo de seu crescimento.

O que são FPICs?

Lei Complementar Estadual nº 89/2006 (RMBH) - Art. 8º

Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) na RMBH:

I - transporte intermunicipal;
II - sistema viário de âmbito metropolitano;
III - as funções relacionadas com a defesa contra sinistro e a defesa civil;
IV – integração e racionalização dos sistemas de saneamento básico:
V - uso do solo metropolitano;
VI - aproveitamento dos recursos hídricos
VII - distribuição de gás canalizado;
VIII - cartografia e informações básicas;
IX - preservação e proteção do meio ambiente
X - programas de habitação;
XI – Planejamento conjunto do sistema de saúde;
XII - desenvolvimento socioeconômico.

Estatuto da Metrópole

Lei Federal nº 13.089, de 2015

- ✓ Prevalência do interesse comum sobre o local;
- ✓ Compartilhamento de responsabilidades para a promoção do desenvolvimento urbano integrado;
- ✓ Autonomia dos entes da Federação;
- ✓ Observância das peculiaridades regionais e locais;
- ✓ Gestão democrática da cidade (arts. 43 a 45 do Estatuto da Cidade);
- ✓ Efetividade do uso dos recursos públicos;
- ✓ Busca do desenvolvimento sustentável;
- ✓ Responsabilização dos governantes (governador e prefeitos) **quanto ao PDDI e aos Planos Diretores**.

Estatuto da Metrópole

Art. 9º Sem prejuízo da lista apresentada no art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, no desenvolvimento urbano integrado de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas serão utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO;

[...]

Art. 10. As regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas deverão contar com plano de desenvolvimento urbano integrado,
aprovado MEDIANTE LEI ESTADUAL.

[...]

Art. 12. O plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá considerar o conjunto de Municípios que compõem a unidade territorial urbana e abranger áreas urbanas e rurais.

§ 1o O plano previsto no caput deste artigo deverá contemplar, no mínimo:

[...]

II – o MACROZONEAMENTO DA UNIDADE TERRITORIAL URBANA.

Gestão metropolitana - RMBH

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

Arranjo Institucional - RMBH

Define macrodiretrizes e é recursal quanto a resoluções do Conselho .

Composição:
- 4 do Estado;
- 1 da ALMG;
- 2 de cada município (Prefeito e Presidente da Câmara).

- Funções Executivas
- Articulação para implementação PDDI
- Apoio aos Municípios
- Vinculada à SECIR e ao Conselho

Assuntos relacionados ao PDDI, FDM e às Funções Públicas de Interesse Comum.

Composição:
- 5 do Estado;
- 2 da ALMG;
- 7 das Prefeituras;
- 2 da sociedade civil.

Gestão Participativa

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE

Grupos de Discussão

Colegiado Metropolitano

Fundo de Desenvolvimento Metropolitano

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE

50 %

Contribuições Voluntárias dos Municípios

50 %

Recursos do Estado

Outras fontes (doações, multas, aplicações, etc)

LOA RMBH 2017: R$ 10.160.000

5.080.000*	5.080.000

*** Proporcional à Receita Corrente Líquida (RCL) de cada município.**

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

Construção do PDDI

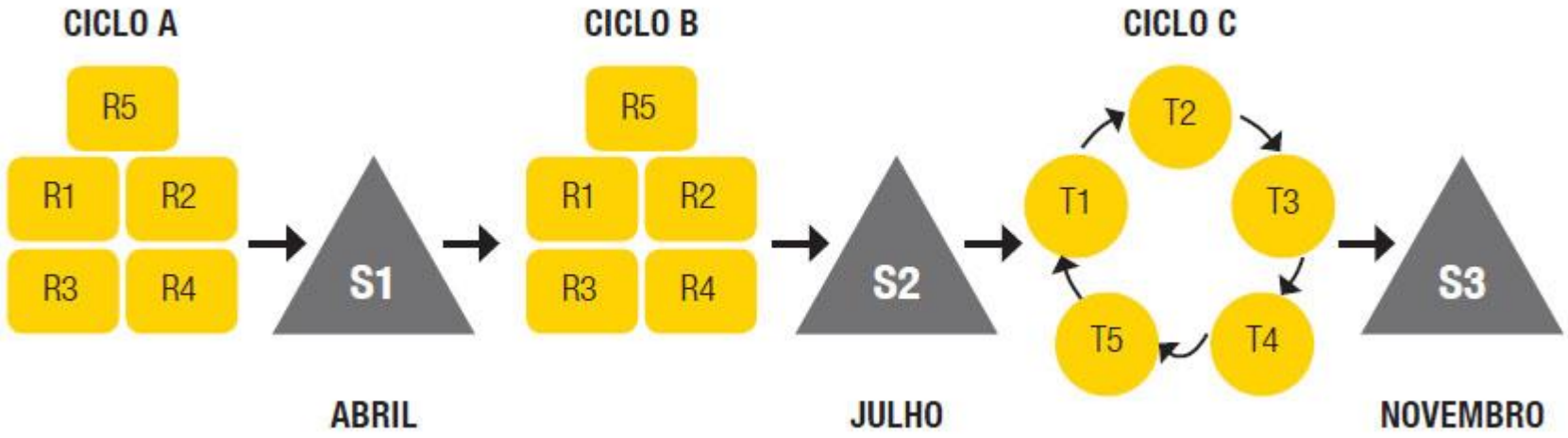
CONSTRUÇÃO COMPARTILHADA E PARTICIPATIVA

Territorialidade
Proposta de Reestruturação Territorial

Institucionalidade
Proposta Institucional

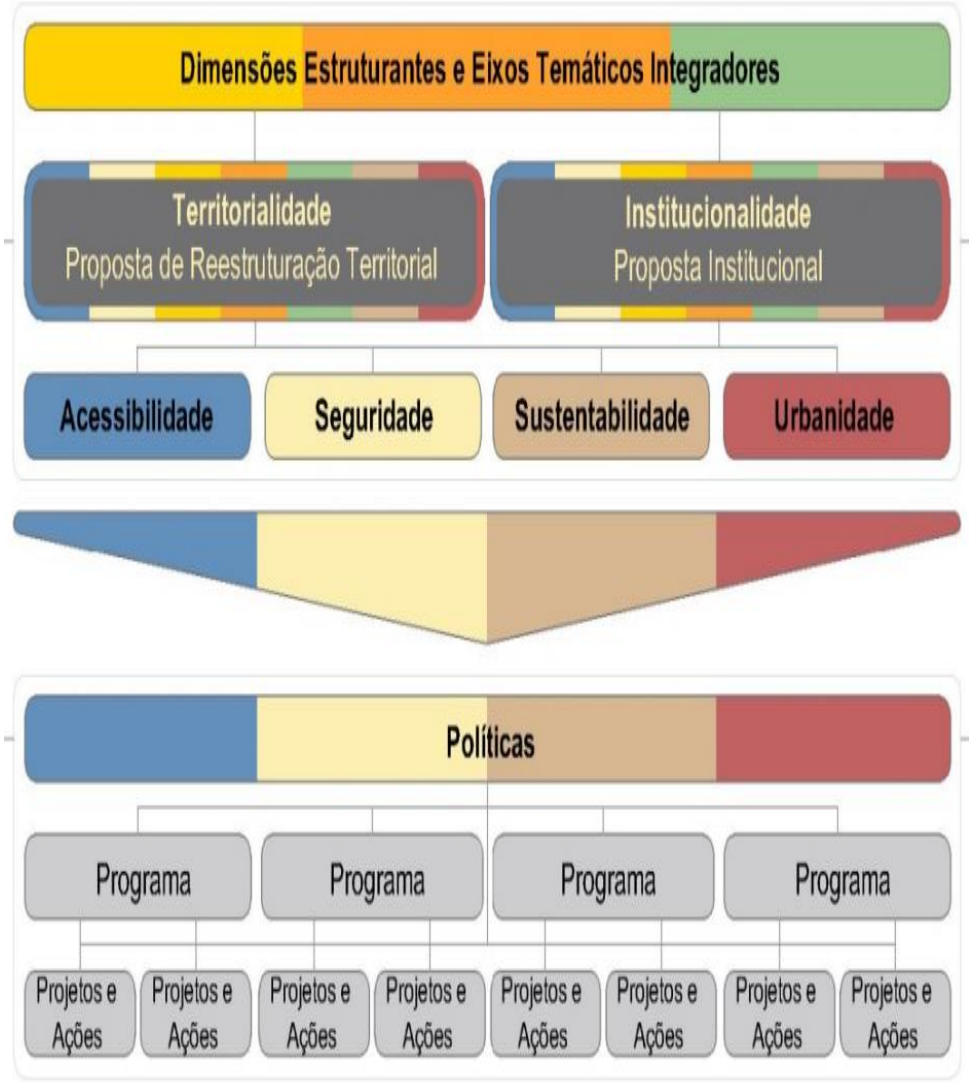
PROCESSO PARTICIPATIVO

O processo de mobilização social e comunitária para participação na elaboração do PDDI envolveu mais de **3.000 participações**, distribuídos entre 610 organismos e/ou entidades, sendo **61 do Poder Público Estadual**, **241 do Poder Público Municipal** (Executivo e Legislativo, sendo **55 vereadores**) e **308 da Sociedade Civil** organizada: empresas, ONGs, sindicatos, conselhos e associações comunitárias, entre outros.



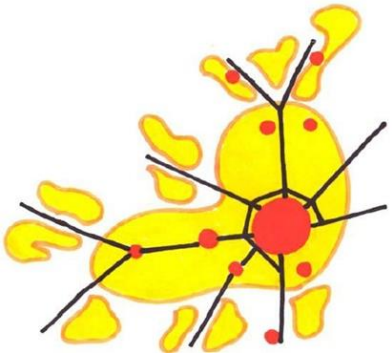
A dinâmica central do processo participatório consistiu nas **15 oficinas** que compuseram os **três ciclos de debates**, concluídos com **três seminários**.

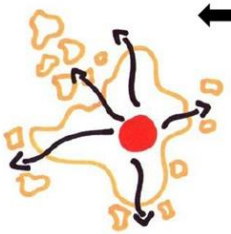
PDDI – RMBH



- ✓ Elaborado através de convênio com instituições de ensino
- ✓ Processo participativo
- ✓ Construção de um sistema continuado de planejamento metropolitano
- ✓ Diretrizes para as políticas, programas projetos e ações
- ✓ Orienta a atuação do Conselho Metropolitano e da Agência
- ✓ Aprovado pelo Conselho Deliberativo da RMBH em 2011
- ✓ **Previsão legal – PDUI: Estatuto da Metrópole, Lei 13.089/2015**

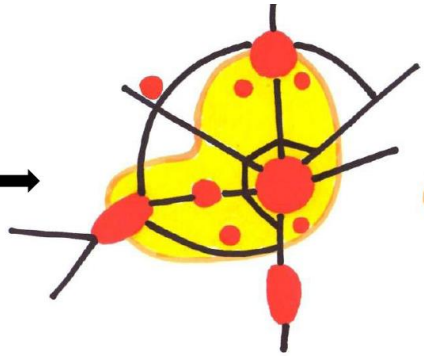
Proposta de Reestruturação Territorial

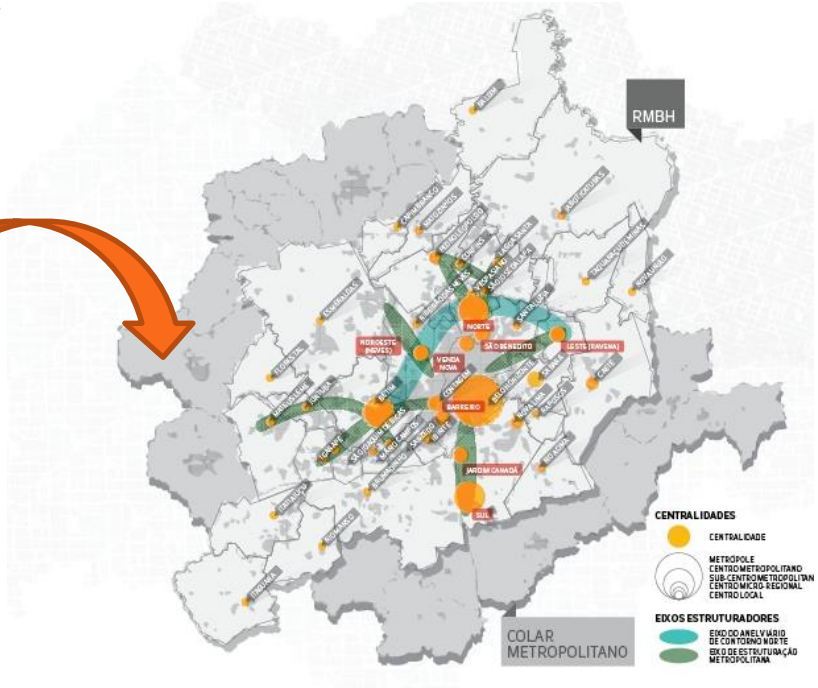




Situação atual:
Metrópole monocêntrica e estendida; sistema viário radio-concêntrico

Situação desejada:
Metrópole policêntrica e compacta; sistema viário organizado em rede





MACROZONEAMENTO METROPOLITANO

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

MACROZONEAMENTO METROPOLITANO

Principal desdobramento do PDDI RMBH

Previsão legal: Estatuto da Metrópole – Lei 13.089/15.art. 12, § 1º, II

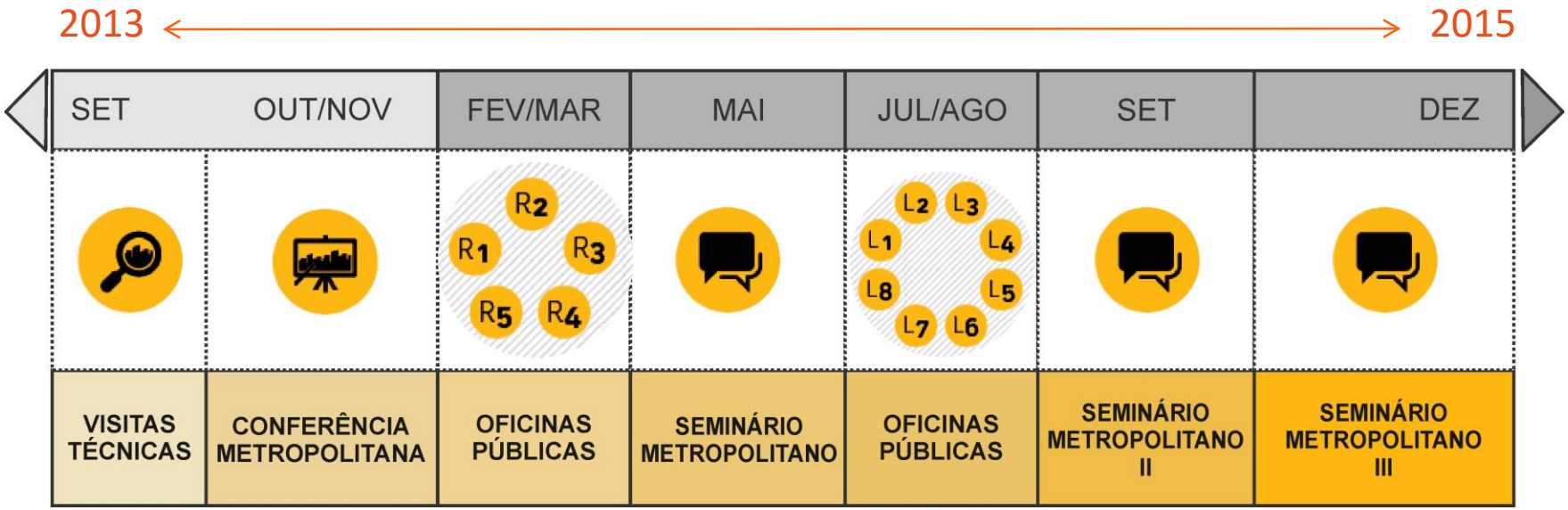
ZIMs

Define **Zonas de Interesse Metropolitano, ZIMs:** territórios delimitados em que o **interesse metropolitano prevalece sobre o local.**

Cada **ZIM** possui uma finalidade específica e contempla um conjunto de Macrozonas, com parâmetros urbanísticos distintos conforme o interesse metropolitano de cada uma.

CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA

- ✓ **PRIMEIRA ETAPA** – Discussão das metodologias de trabalho.
- ✓ **SEGUNDA ETAPA** – Tendências recentes da dinâmica territorial da RMBH.
- ✓ **TERCEIRA ETAPA** – Marcos normativos e projetos estruturantes federais, estaduais e municipais.
- ✓ **QUARTA ETAPA** – Delimitação das ZIMs
- ✓ **QUINTA ETAPA** – Parâmetros urbanísticos e Diretrizes específicas de estruturação das ZIMs.

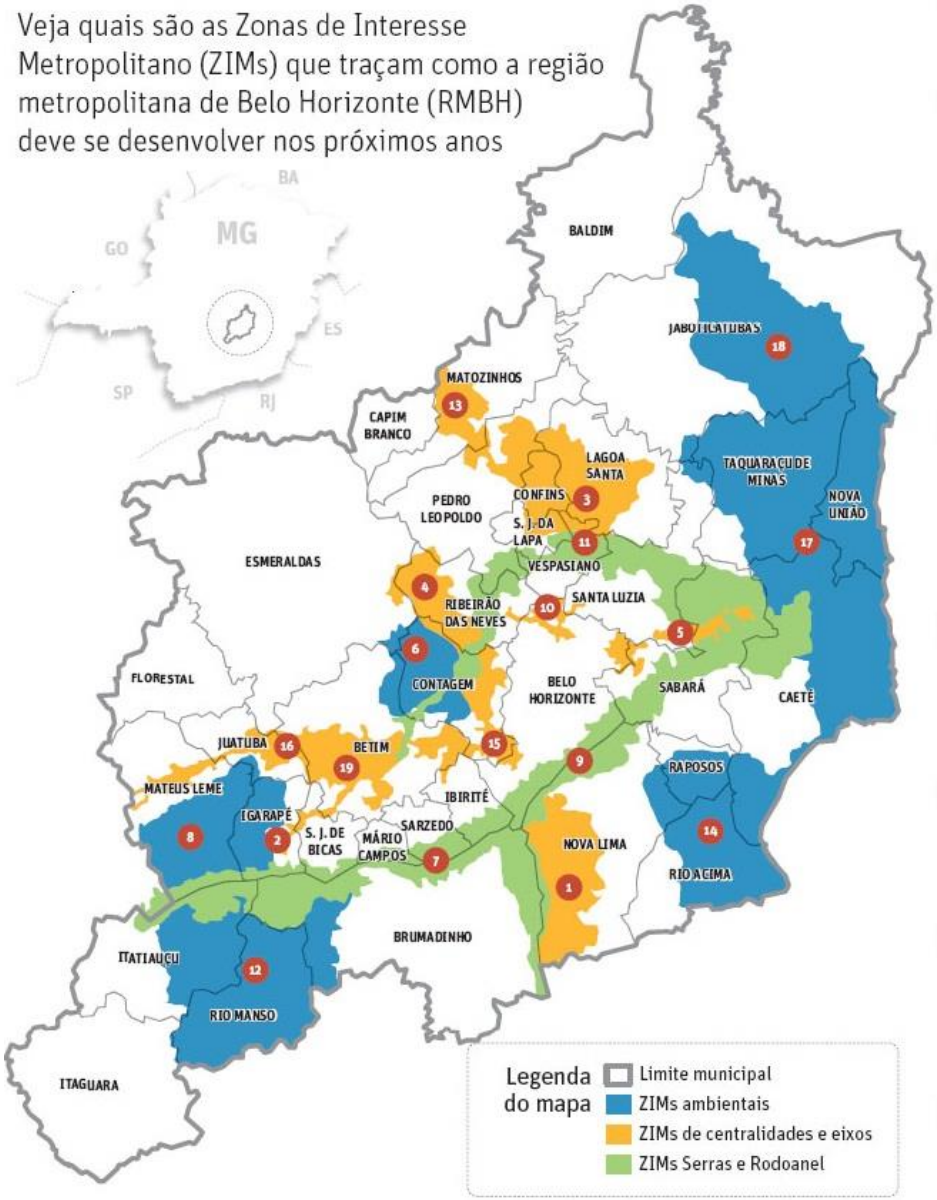


Discussão do PL no Conselho Deliberativo

15 REUNIÕES DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO PDDI E MACROZONEAMENTO 2015-2016

MACROZONEAMENTO METROPOLITANO

Veja quais são as Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs) que traçam como a região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) deve se desenvolver nos próximos anos



1 ZIM VETOR SUL

Reúne dois aspectos da dinâmica metropolitana, a centralidade regional do Jardim Canadá e o eixo estruturante da rodovia BR–040

2 ZIM VETOR OESTE

A BR–381 é um eixo de conexão entre a RMBH e São Paulo

3 ZIM VETOR NORTE

Centralidade metropolitana proposta pelo PDDI nas imediações da interseção entre a Linha Verde e o futuro Rodoanel Norte

4 ZIM VETOR NOROESTE

Interesse metropolitano é norteado pela vocação de expansão industrial e logística ao longo da BR–040, a partir do Ceasa

5 ZIM VETOR NORDESTE

Função metropolitana predominante está associada à existência de dois eixos viários estruturantes (BR–381 e Rodoanel) da RMBH, além de se configurar como um importante centro de produção agrícola

6 ZIM VARGEM FLORES

Apresenta função consolidada de fomento ao desenvolvimento ambientalmente sustentável, em área de manancial e proteção ambiental

7 ZIM SERRAS

Interesse pela proteção e pela gestão de recursos naturais e desenvolvimento socioeconômico

8 ZIM SERRA AZUL

Interesse metropolitano devido a sua função atual de produção de água. É responsável pelo abastecimento de aproximadamente 16% da RMBH

9 ZIM SEIS PISTAS

Voltada para empreendimentos de alta renda como expansão do núcleo central de Belo Horizonte

10 ZIM SÃO BENEDITO/VENDA NOVA

Engloba duas centralidades regionais localizadas no Vetor Norte da RMBH

11 ZIM RODOANEL

Considerando a implementação do Rodoanel, a ZIM foi delimitada para atender as necessidades de logística demandada pelo tráfego de grande quantidade de veículos

12 ZIM RIO MANSO

Corresponde à bacia hidrográfica do manancial rio Manso

13 ZIM MG–424

Eixo de expansão do Vetor Norte impulsionado por grandes investimentos na região e pela ligação com a centralidade de Sete Lagoas

14 ZIM GANDARELA

Área reconhecida pela relevância ambiental e hídrica e também pelo conflito potencial com a atividade minerária

15 ZIM ELDORADO/BARREIRO

Consolidada como centralidade metropolitana, concentra intensa atividade de comércio e serviços

16 ZIM BR–262/MG–050

Configura-se como eixo estruturante, fazendo a ligação da região metropolitana, a partir de Betim, com Pará de Minas, Nova Serrana, Triângulo (BR–262) e com a porção norte do Estado de São Paulo (MG–050)

17 ZIM TAQUARAÇU

Corresponde à bacia hidrográfica do rio Taquaraçu

18 ZIM JABOTICATUBAS

Foi delimitada a partir dos divisores de água da bacia hidrográfica do rio Jaboticatubas

19 ZIM CENTRALIDADE OESTE

Foi a área que, entre 2002 e 2012, apresentou o maior crescimento na RMBH

Arte: Jornal O Tempo – 23/08/2016

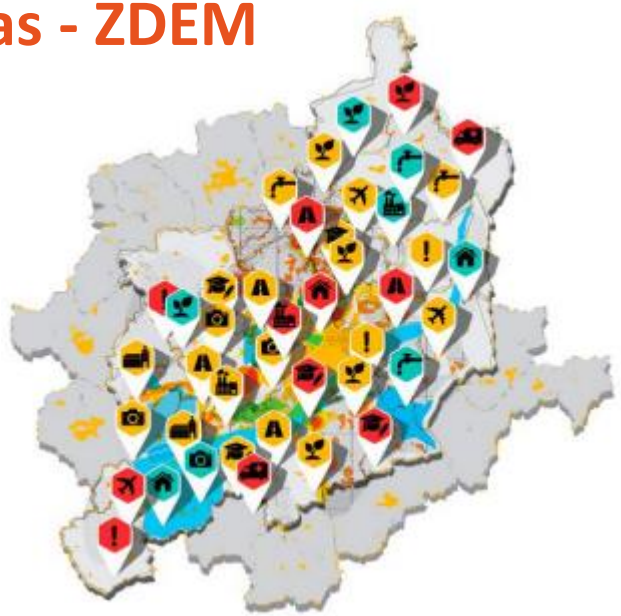
Macrozonas

Macrozonas

- Macrozonas de Proteção Ambiental – **MZP 1, 2 e 3**
- Macrozonas de Atividades Complementares – **MZAC 1, 2 e 3**
- Macrozona de Diversificação de Adensamento – **MZDA**
- Macrozona de Desenvolvimento Econômico e Industrial – **MZDEI**

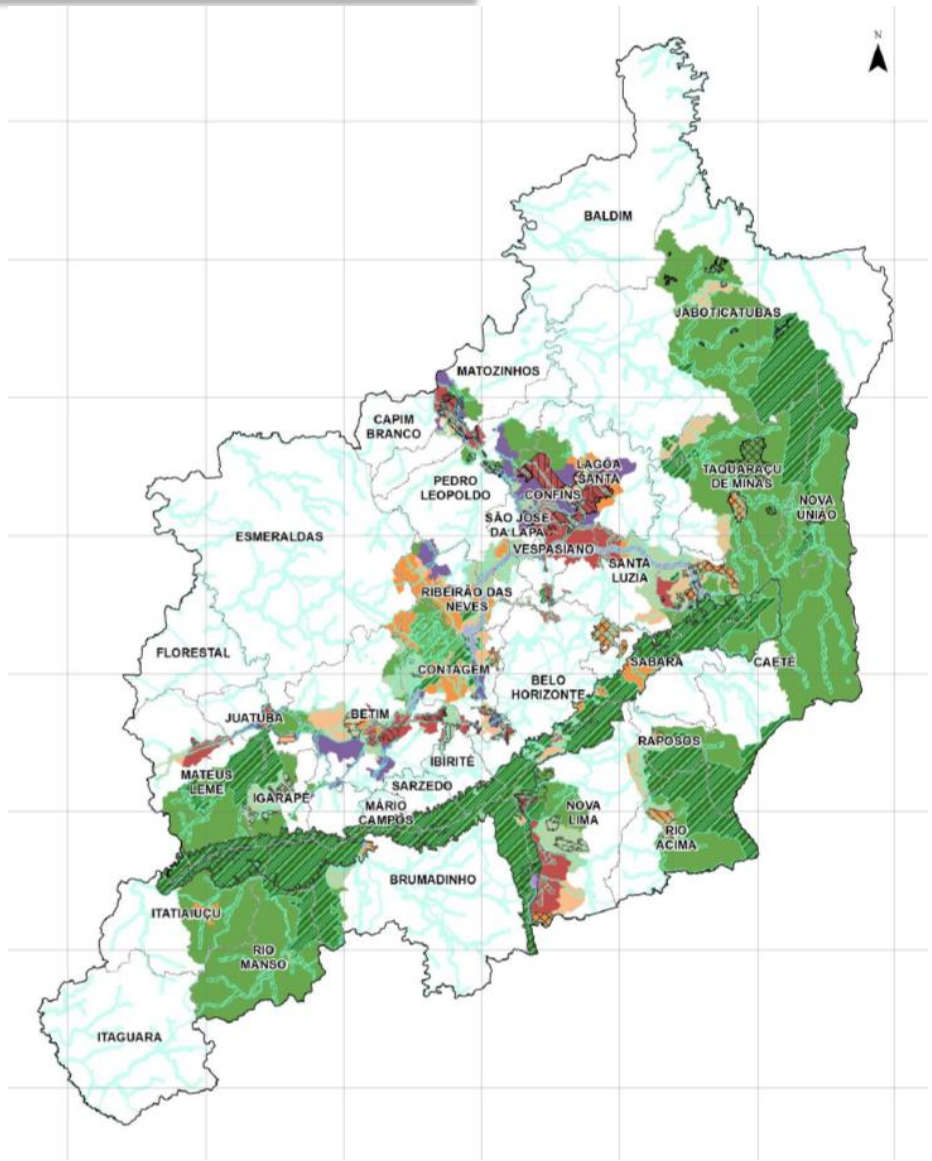
Zonas de Diretrizes Especiais Metropolitanas - ZDEM

- Trama Verde e Azul (TVA)
- Territórios Minerários
- Requalificação
- Interesse Social
- Grandes Equipamentos
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Indústria e Logística



Macrozonas

- MZP-1
- MZP-2
- MZP-3
- MZAC-1
- MZAC-2
- MZAC-3
- MZDA
- MZIL



Parâmetros Urbanísticos

O Macrozoneamento Metropolitano estabelece parâmetros referenciais para os Planos Diretores Municipais:

C.A. Mín	C.A. Bás.	C.A. Máx	Quota de Terreno por UH (m^2)	Lote mínimo (m^2)	Altura máxima edificações (m)	% mínimo de HIS	Extensão máxima da quadra (m)	% mínimo de uso não residencial	Área de fruição pública
MZAC-2 e 3, MZDA, MZIL	**Todas exceto MZAC-1**	**Todas exceto MZDA**	**Todas exceto MZDA**	**Todas, exceto MZAC-3**	**Apenas em "ZIM Serras"**	**A ser definido em legislação posterior**	**MZAC-1, 2 e 3 e MZDA,** Com hipóteses de dispensa deste parâmetro	**MZAC-2 e 3, MZDA,** apenas em novos loteamentos, no pavimento térreo do lote.	**MZDA**

Obs: O parâmetro urbanístico percentual mínimo de habitação de interesse social - % mínimo de HIS – será exigido apenas de parcelamentos cujo somatório da área de lotes seja igual ou maior a 40.000 m². O percentual do loteamento a ser destinado à habitação de interesse social será definido por legislação específica.

Projetos
RMBH

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

ORDENAMENTO TERRITORIAL

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE

REGULAÇÃO DO PARCELAMENTO DO SOLO NA RMBH

- Anuência prévia e fiscalização de parcelamento do solo

MACROZONEAMENTO METROPOLITANO

- Contratação do CEDEPLAR/UFMG com recursos e do FDM
- Elaborado no período de 2013 a 2015 – processo partitipativo
- Discussão e revisão pelo Conselho Deliberativo Metropolitano e municípios em 2016

REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES DE MUNICÍPIOS DA RMBH

- Contratação do CEDEPLAR/UFMG com recursos do FDM
- 11 municípios da RMBH, atingidos pelas Zonas de Interesse Metropolitano e que aderiram ao convite: Baldim, Caeté, Capim Branco, Itatiaiuçu, Juatuba ,Mateus Leme , Nova União, Rio Manso, São Joaquim de Bicas Sarzedo, Vespasiano.

MOBILIDADE

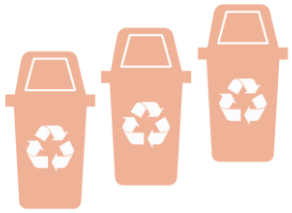
- Pesquisa Origem e Destino de Passageiros
- Rede Viária
- Aproveitamento da malha ferroviária
- **Pesquisa Origem e Destino de Cargas**

PLANO DE MOBILIDADE

Elaboração de um planejamento que amplie as possibilidades de deslocamentos de pessoas e cargas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, assegurando maior mobilidade da população e proporcionando sistemas de transportes públicos e privados capazes de atender às necessidades de circulação futuras.

Licitação em fase de homologação

MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO



PPP Tratamento de RSU (em revisão)

Plano Metropolitano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (RSS)

Plano Metropolitano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil Volumosos (RCCV)

Desafios
RMBH

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

DESAFIOS NA GESTÃO DA RMBH

- Cidadania Metropolitana
- Articulação rural-urbano
  - Agricultura urbana e produção alimentar sustentável
- Autonomia municipal, solidariedade e subsidiariedade
- Integração das ações do Estado no território metropolitano
- Participação da União na gestão interfederativa
- Financiamento da gestão metropolitana
- Compensação por serviços ambientais ou outros serviços prestados pelo Município à unidade territorial urbana

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE

OBRIGADA!

Flávia Mourão Parreira do Amaral

Diretora-Geral

flavia.mourao@agenciarmbh.mg.gov.br

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

IV SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

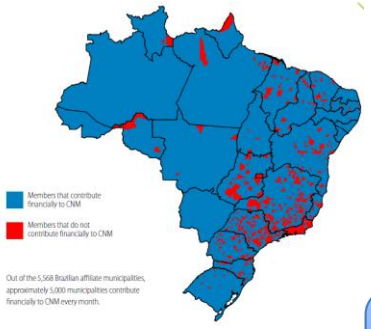
Desafios da Gestão Urbana

Brasília-DF, 04 de abril de 2017

CNM – Confederação Nacional de Municípios

A **CNM** é a associação municipal com maior representatividade na América Latina.

São 5.568 municípios brasileiros filiados, sendo que cerca de 5.000 municípios contribuem financeiramente à CNM mensalmente.



NATIONAL CONFEDERATION OF MUNICIPALITIES

28 Entidades Regionais

230 Entidades Micro-regionais

+/- 1200 consórcios

5.568 Municípios

Como são os municípios no Brasil?

- Municípios até 20.000 habitantes: 3.810 (68,4%)
- Municípios até 50.000 habitantes: 4.911 (88,2%)
- Acima de um milhão de habitantes: 17 (0,3%)

Estrutura Financeira

Média do orçamento

- Municípios até 20.000 habitantes (Amostra 3.105)

Valor médio: R$ 24.621.772,09

- Municípios até 50.000 habitantes (Amostra 3.972)

Valor médio: R$ 35.920.499,17

- Municípios com mais de um milhão de habitantes (Amostra 15)

Valor médio: R$ 9.379.947.544,87

Os Municípios

Podemos ver que a imensa maioria dos Municípios são pequenos

A Constituição Federal atribui aos Municípios a competência de tributar impostos relacionados a área urbana, IPTU, ITBI, IRRF, Taxas e Contribuições.

Como a imensa maioria deles tem poucos habitantes e núcleos urbanos pequenos, sua arrecadação própria ínfima, não se trata de “preguiça fiscal” como é dito inúmeras vezes, mas sim de falta de base tributária.

Planejamento Territorial

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

THIRD INTERNATIONAL CONFERENCE

FINANCING FOR DEVELOPMENT

13-16 JULY 2015 · ADDIS ABABA · ETHIOPIA

TIME FOR GLOBAL ACTION

Do Global para o Local

Papel Estratégico dos Municípios

A Agenda 2030 tem uma relação direta com as políticas públicas tanto no âmbito regional quanto no local.

A estratégia de **Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS** surge das distintas realidades enfrentadas. Se busca um protagonismo das autoridades locais e da sociedade civil por serem os atores que estão mais próximos e consequentemente mais cientes das realidades locais.

Projeto “Localizando os ODS nos Municípios do Brasil”

- **Período da Ação Piloto**: Agosto 2016 – Julho 2017

- **Objetivo**: Fortalecer o papel dos Municípios na localização, e especificamente nos sistemas de monitoramento e prestação de contas dos ODS e da Agenda 2030.

ODS NOS MUNICÍPIOS DO BRASIL

Parceria entre a CNM e o Programa de Articulação de Redes Territoriais (ART-PNUD)

Objetivos Específicos

1. Fortalecer os sistemas de monitoramento e prestação de contas para colocar em prática os ODS a nível local;

2. Sensibilizar os Municípios para a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

3. Capacitar os governos locais para a integração dos ODS em seus planos de governo;

4. Contribuir para os processos e debates na América Latina e a nível internacional por meio de conhecimentos e práticas dos Municípios brasileiros e vice versa.

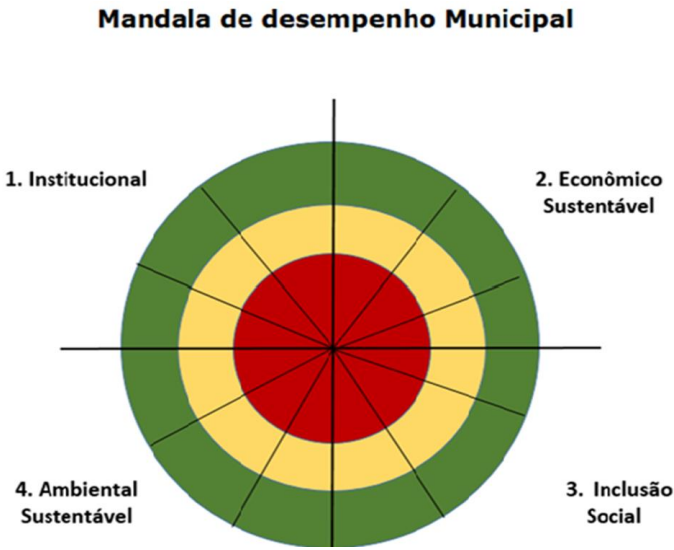
Parcerias e Projetos

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Estratégias para Localização dos ODS

Mandala de Desempenho Municipal (em fase de finalização)

- Apresentará o grau de desenvolvimento do Município segundo os indicadores selecionados e/ou construídos pela CNM, para avaliar o alcance dos ODS de uma forma que seja de fácil compreensão.
- Auxiliará os gestores na identificação do retrato inicial do Município e no acompanhamento da evolução de indicadores;
- 4 Quadrantes do Desenvolvimento Sustentável: Econômico-Sustentável, Social, Ambiental e Institucional.



Estratégias para Localização dos ODS

Guia de Inserção dos ODS nos Planos Plurianuais **(ser lançada em 2017)**

- Guia para a incorporação dos ODS no planejamento da gestão municipal.
- Tem como objetivo fortalecer as propostas contidas nos planos de governo e incorporar ações para a implementação dos ODS nas Leis Orçamentários.
- Contribuirá para a construção da visão de futuro para os novos mandatos eleitorais.

Estratégias para Localização dos ODS

Guia de Boas Práticas

- Compartilhamento de boas práticas implementadas a nível local no Brasil e em outras regiões do mundo.
- Tem como objetivo inspirar e informar os gestores municipais sobre políticas e ações que podem ser adotadas em seus Municípios no processo de localização dos ODS.

Contribuições CNM

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Congreso Internacional
MUNICIPALISTA
17-18 Mayo 2017 - Brasília - Brasil

MOVIMENTO MULHERES MUNICIPALISTAS

Obrigada.

Karla França

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

+ 55 61 2101-6039 | habitacao@cnm.org.br

Desafios da Gestão Urbana:

Nova Agenda Urbana e Agenda 2030

04 de abril de 2017 – Brasília

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

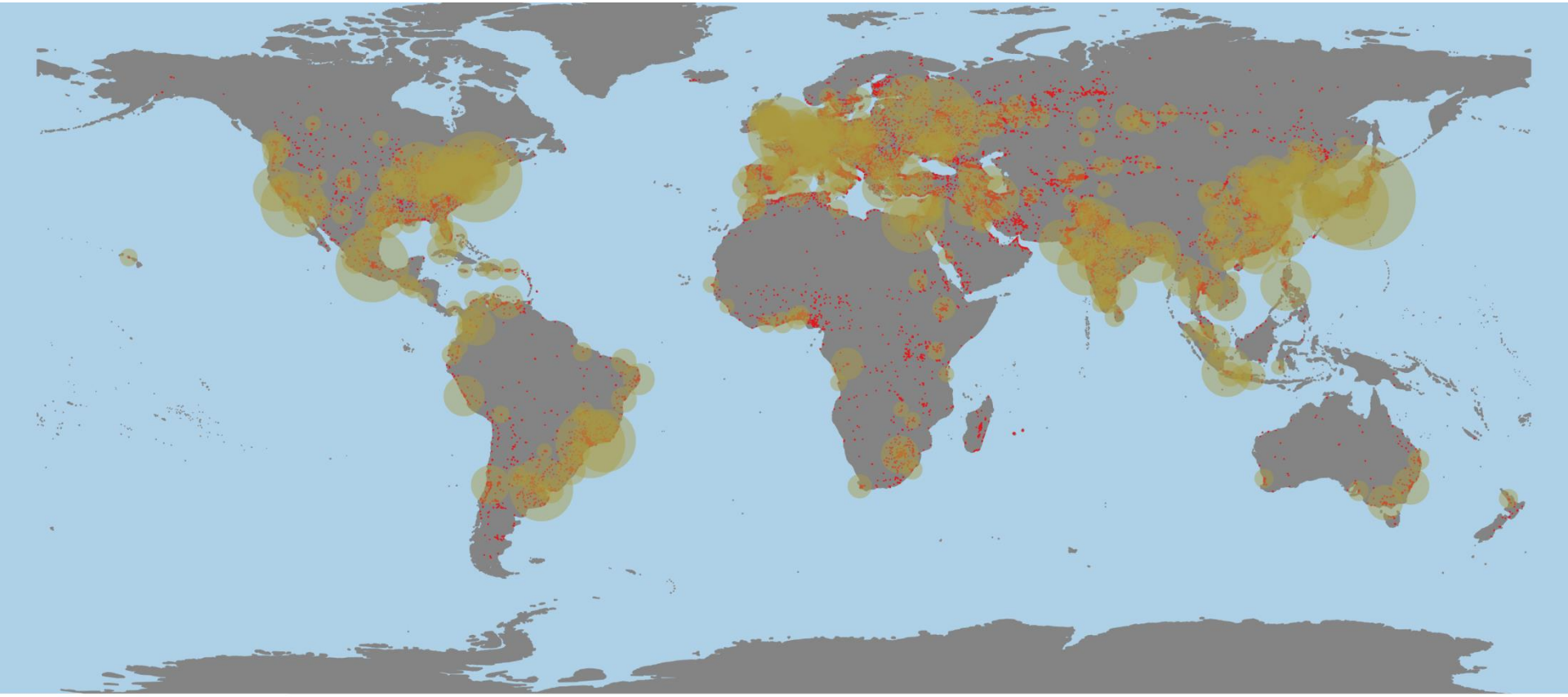
Ernesto Galindo

TPP Dirur/Ipea

1 Urbanização “Inconteste”

População e Urbanização

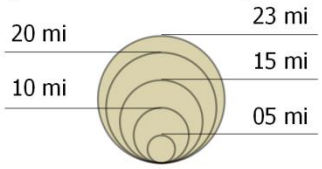
ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



Legenda

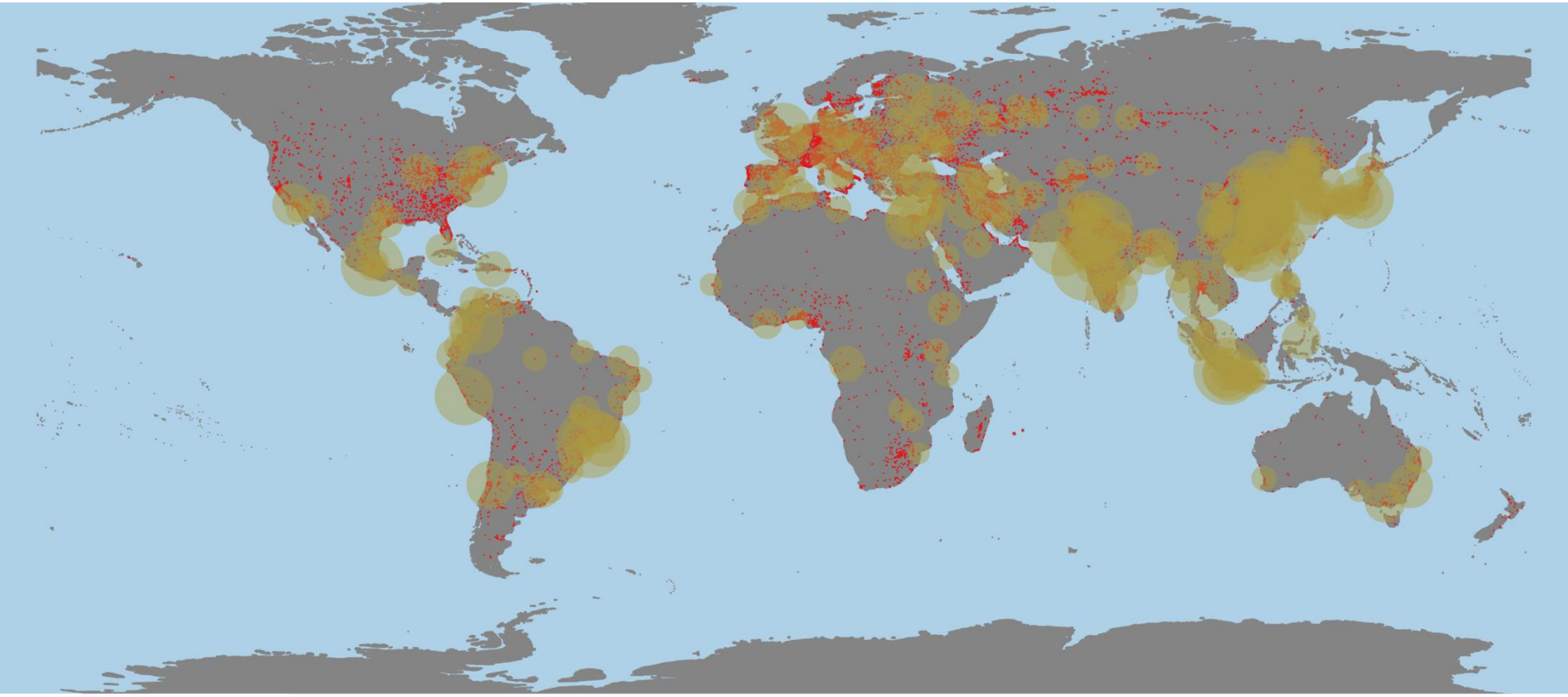
Áreas urbanas 2010
(acima de 10 mil hab.)

Aglomerados Urbanos 1975
(acima de 1 mi hab.)



População e Urbanização

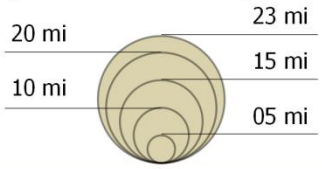
ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

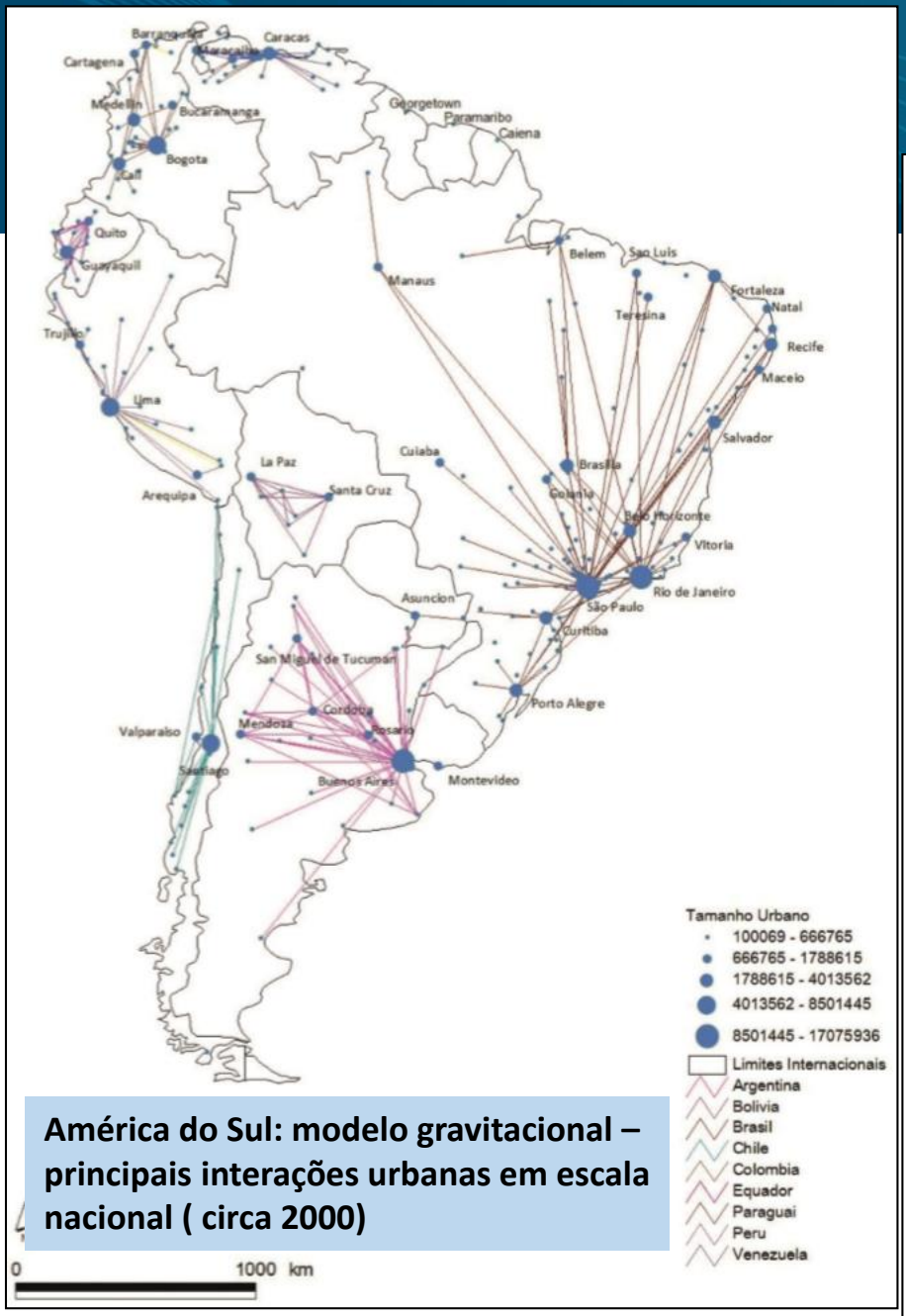


Legenda

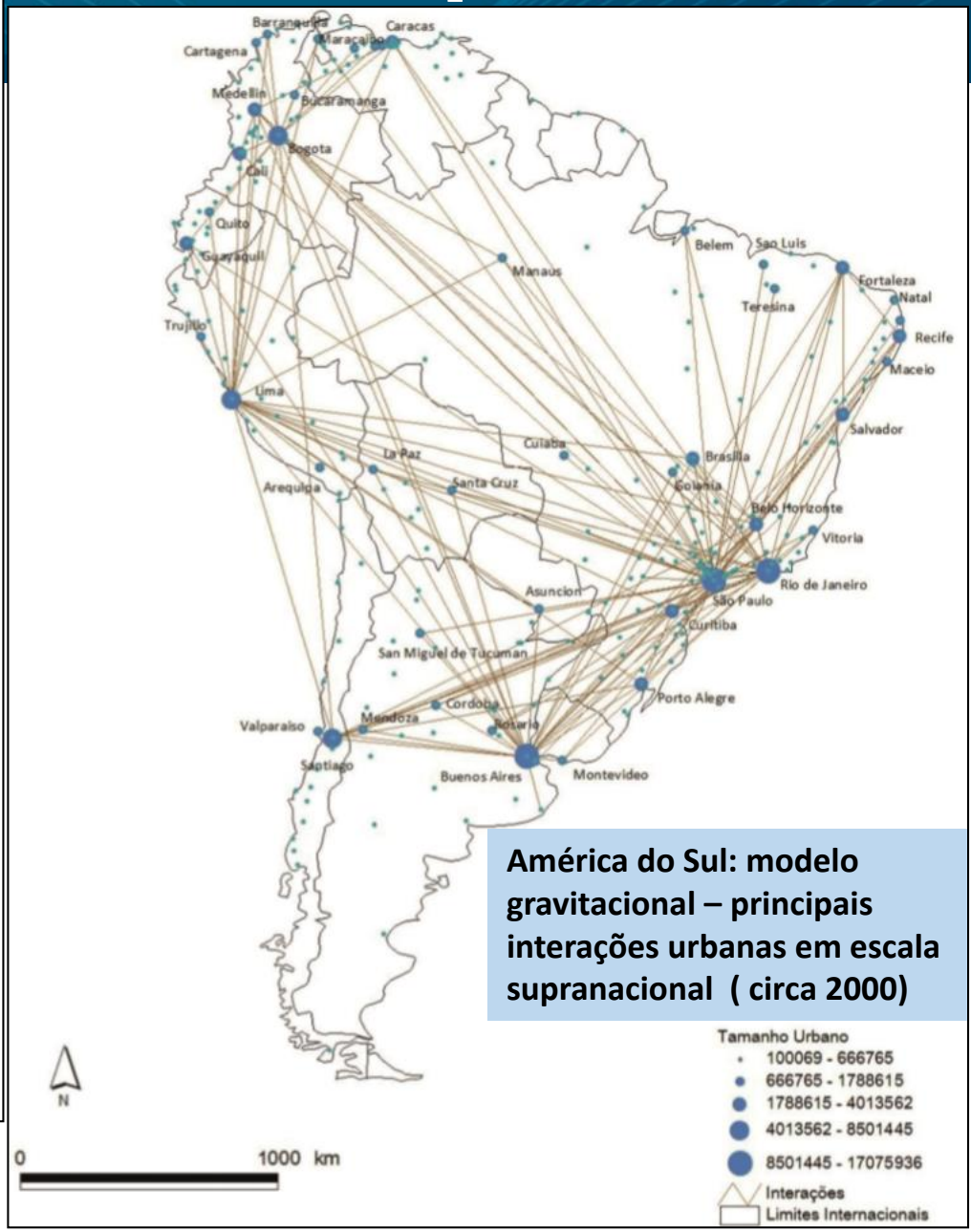
Áreas urbanas 2010
(acima de 10 mil hab.)

Cidades 2000
(acima de 1 mi hab.)





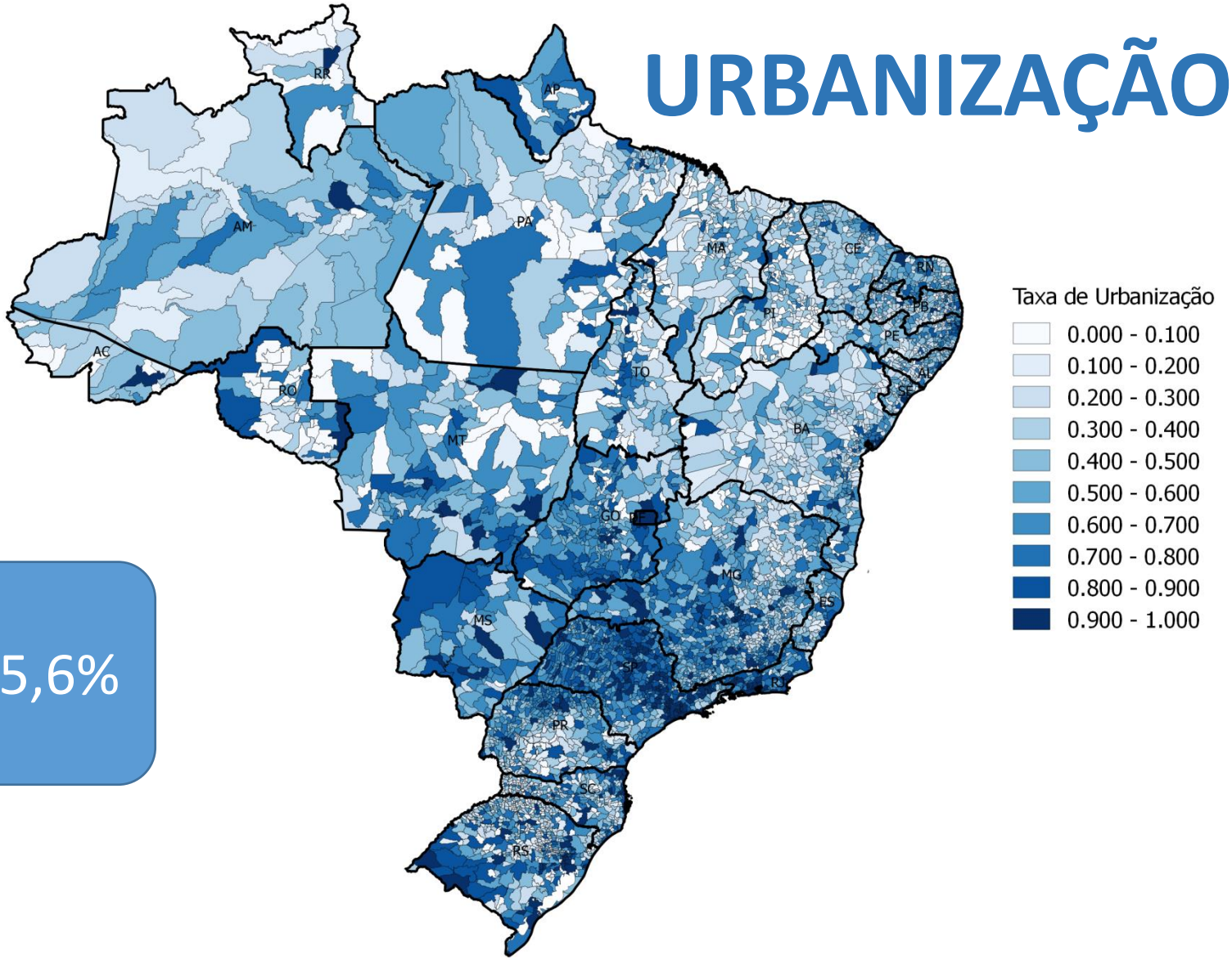
América do Sul: modelo gravitacional – principais interações urbanas em escala nacional (circa 2000)



América do Sul: modelo gravitacional – principais interações urbanas em escala supranacional (circa 2000)

EGLER (2015)

1991 URBANIZAÇÃO

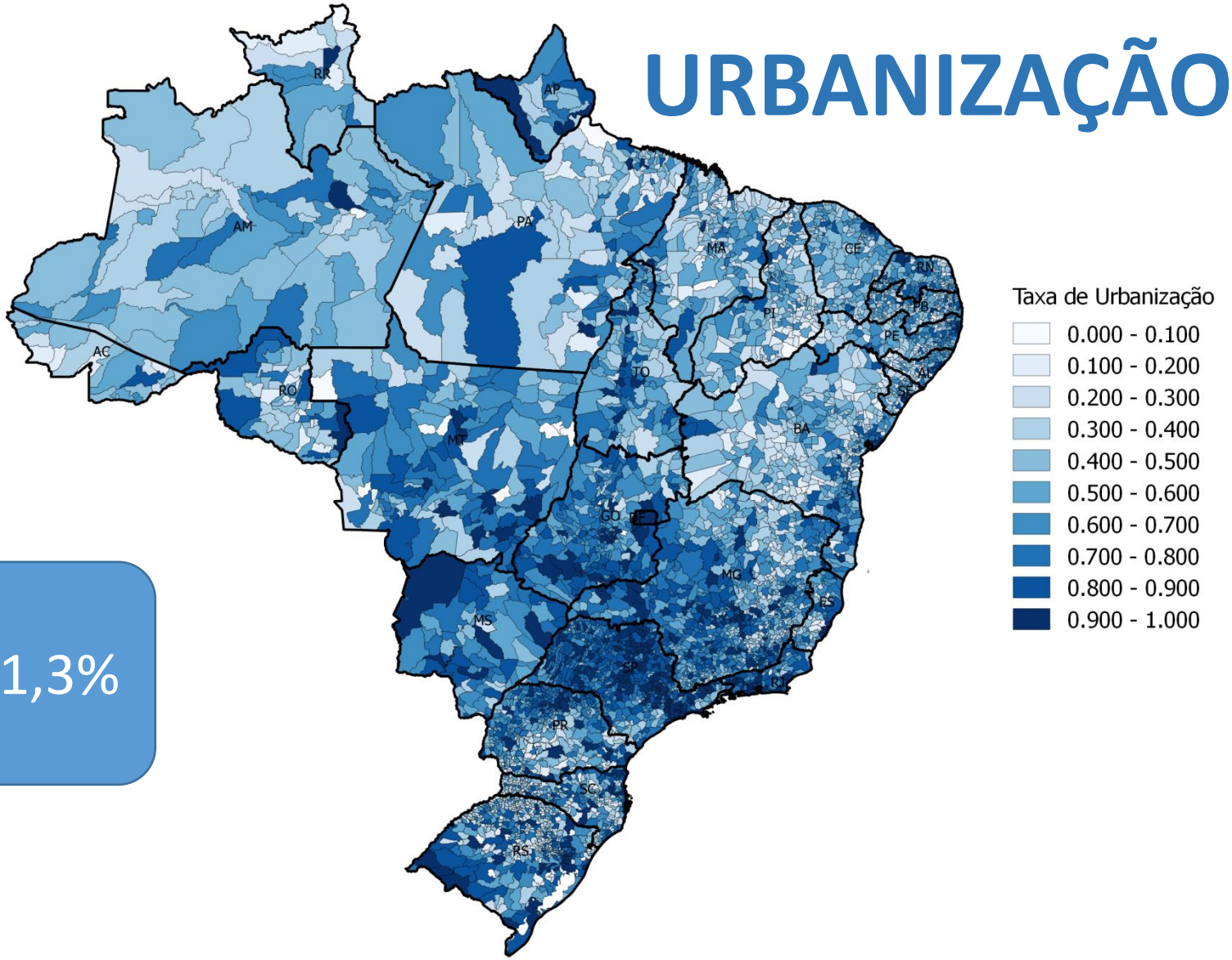


75,6%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano 2010 (Dados Brutos)

Obs.: Referente à divisão municipal de 2010 (mesmo não existindo o município em 1991 ou 2000, foi utilizada informação populacional referente ao limite municipal de 2010).

2000 URBANIZAÇÃO

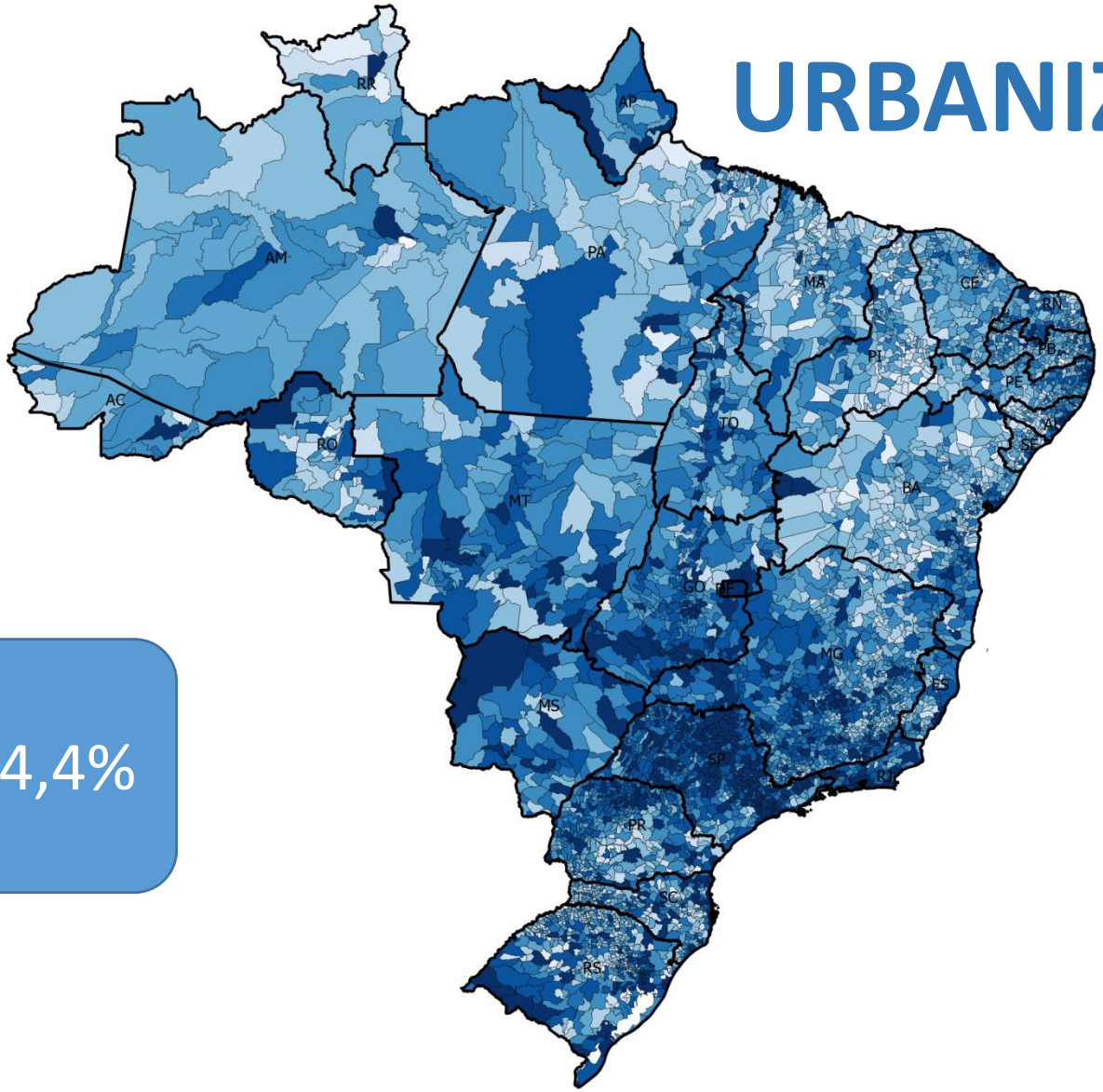


81,3%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano 2010 (Dados Brutos)

Obs.: Referente à divisão municipal de 2010 (mesmo não existindo o município em 1991 ou 2000, foi utilizada informação populacional referente ao limite municipal de 2010).

2010 URBANIZAÇÃO



84,4%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano 2010 (Dados Brutos)

Obs.: Referente à divisão municipal de 2010 (mesmo não existindo o município em 1991 ou 2000, foi utilizada informação populacional referente ao limite municipal de 2010).

2 Urbanização Contestada

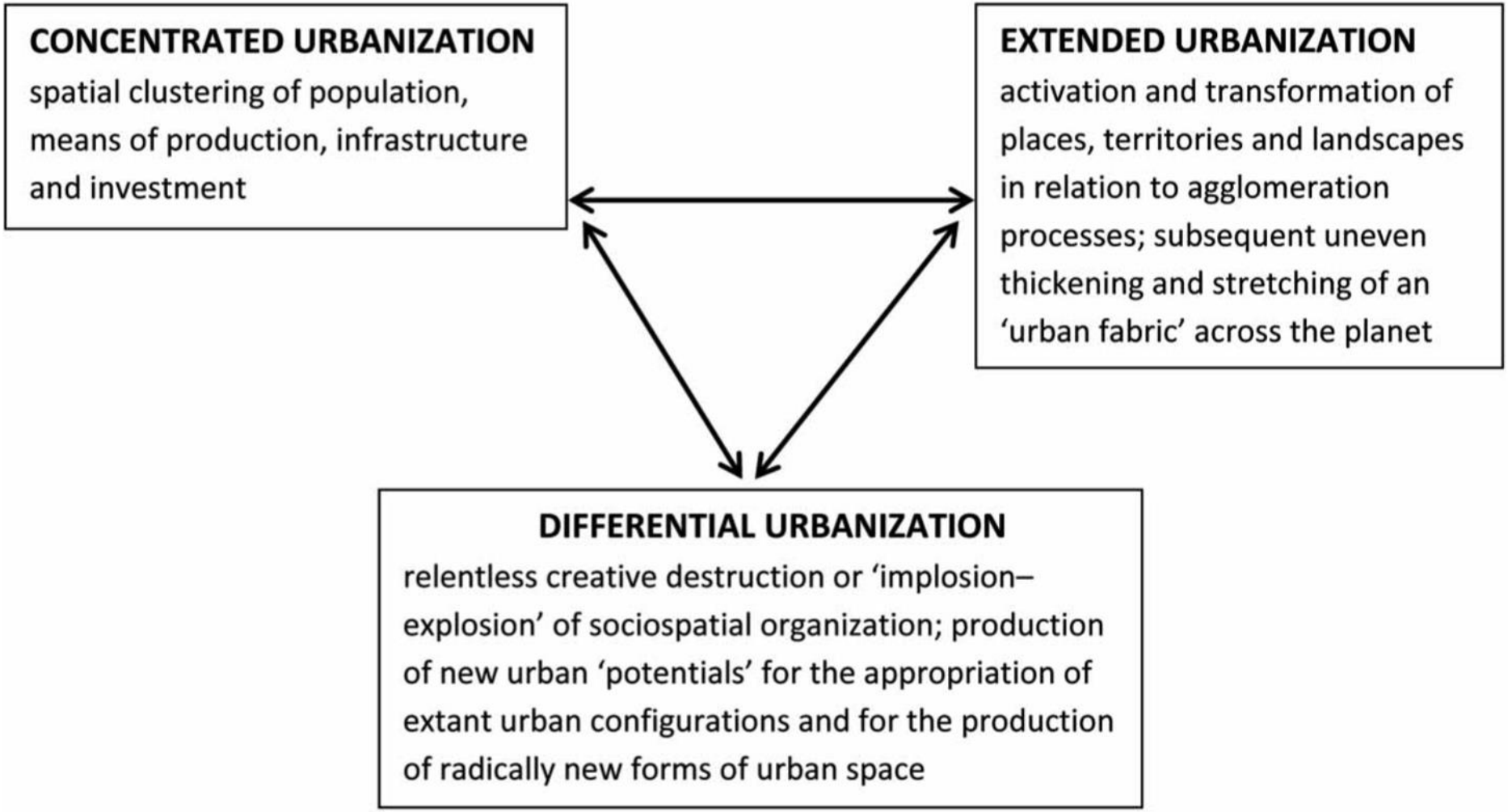
As “Teses” (síntese de Castriota, 2016)

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

1. o urbano e a urbanização são categorias teóricas, não objetos empíricos
2. o urbano é um processo, não uma forma universal, tipo de assentamento ou unidade delimitada
3. a urbanização envolve três momentos mutuamente constitutivos – urbanização concentrada, urbanização extensiva e urbanização diferencial
4. o tecido da urbanização é multidimensional
5. a urbanização se tornou planetária
6. a urbanização se desdobra através de trajetórias e padrões variegados de desenvolvimento espacial desigual
7. o urbano é um projeto coletivo no qual os potenciais gerados através da urbanização são apropriados e contestados

Momentos constitutivos

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



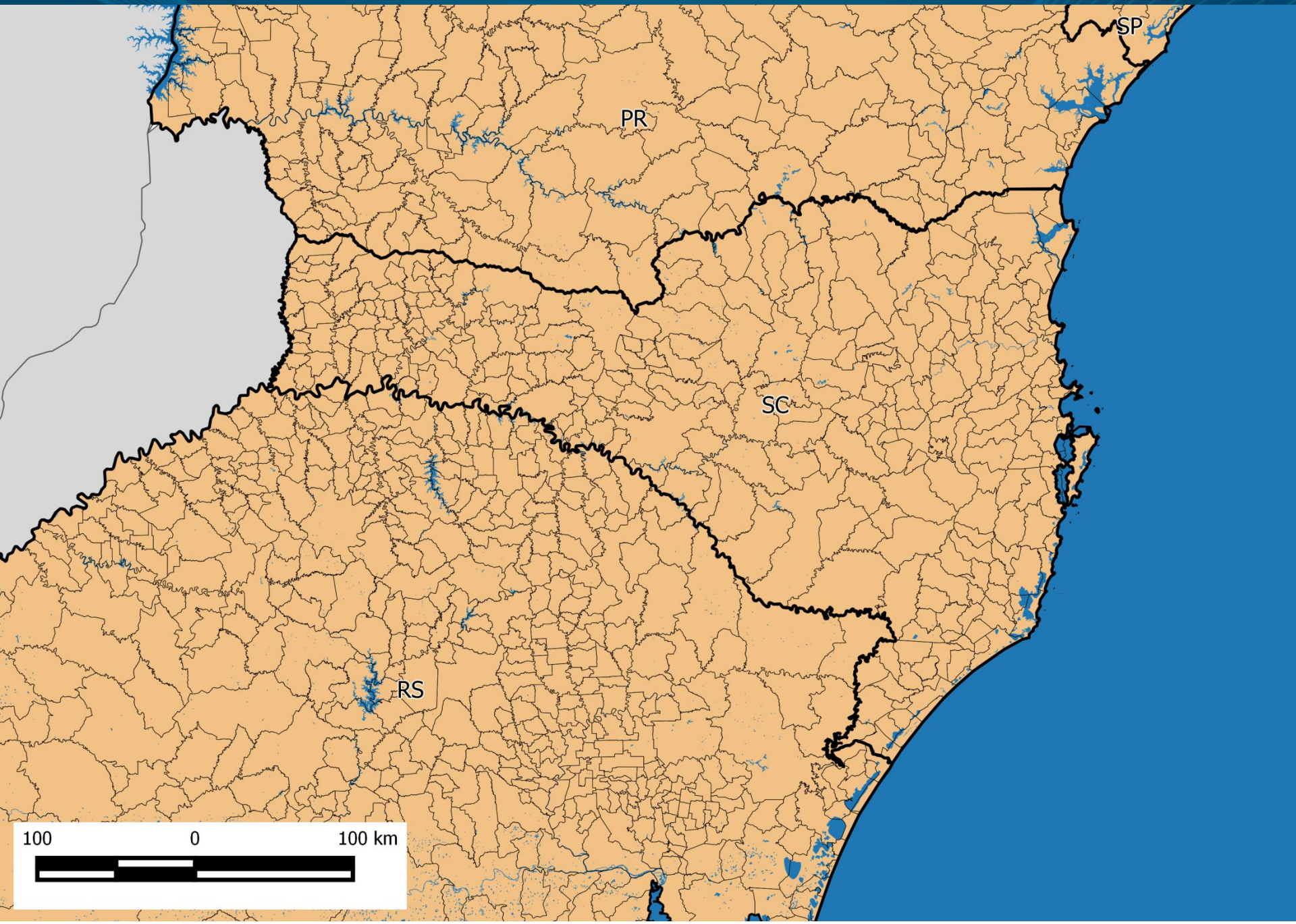
BRENNER AND SCHMID:TOWARDS A NEW EPISTEMOLOGY OF THE URBAN? CITY VOL. 19, NOS.2–3

Desafios Consequentes

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

1. Comando político & comando técnico
2. Horizontalidade & verticalidade
3. Local (lugar), global e metrópole
4. Rural (campo) & urbano (cidade)
5. Região, rede & cidade
6. Dicotomia, continuum & gradiente
7. Hierarquia & Heterarquia
8. Link, nexo, conexão, relação, interação

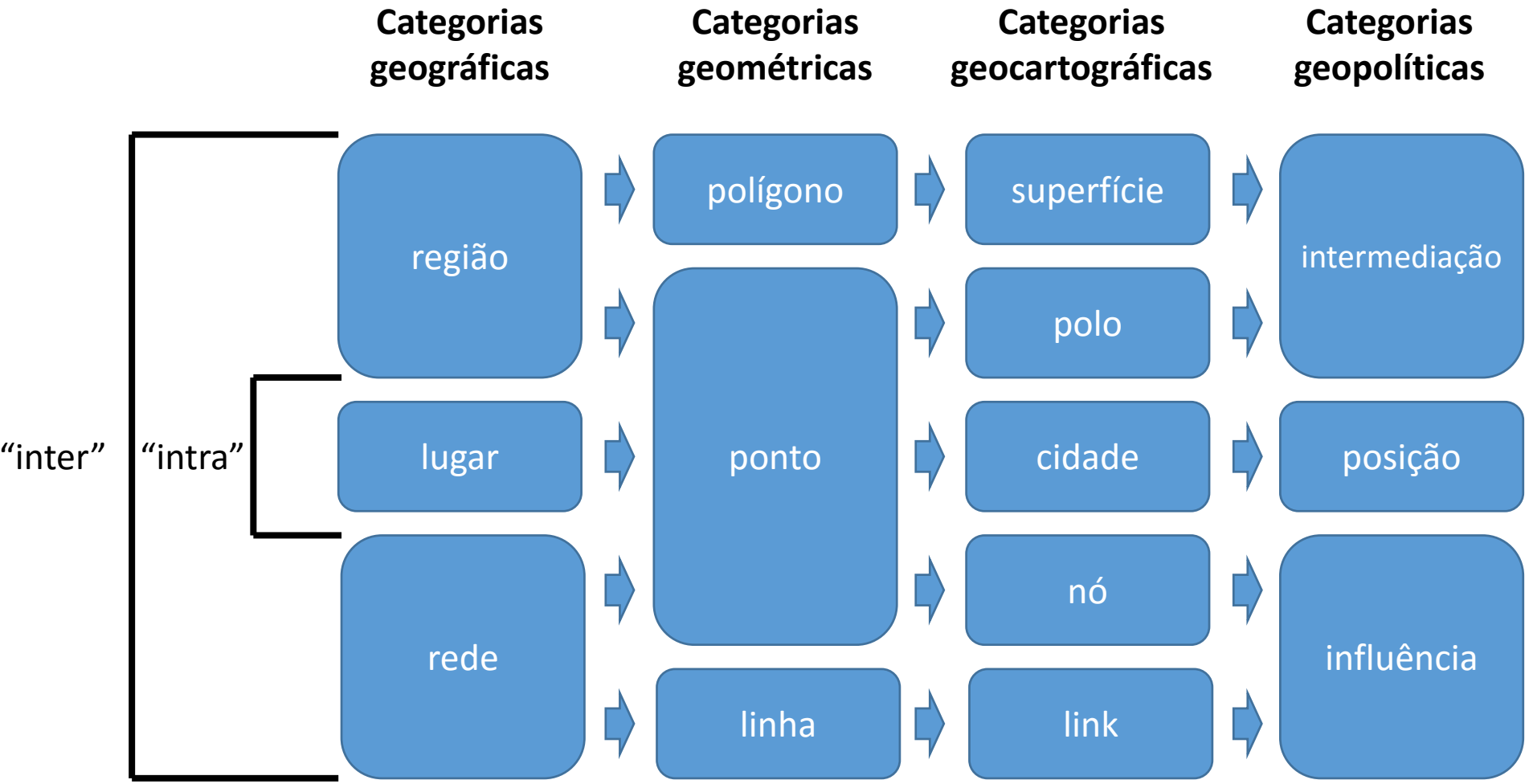
3 O ponto, a linha e o polígono

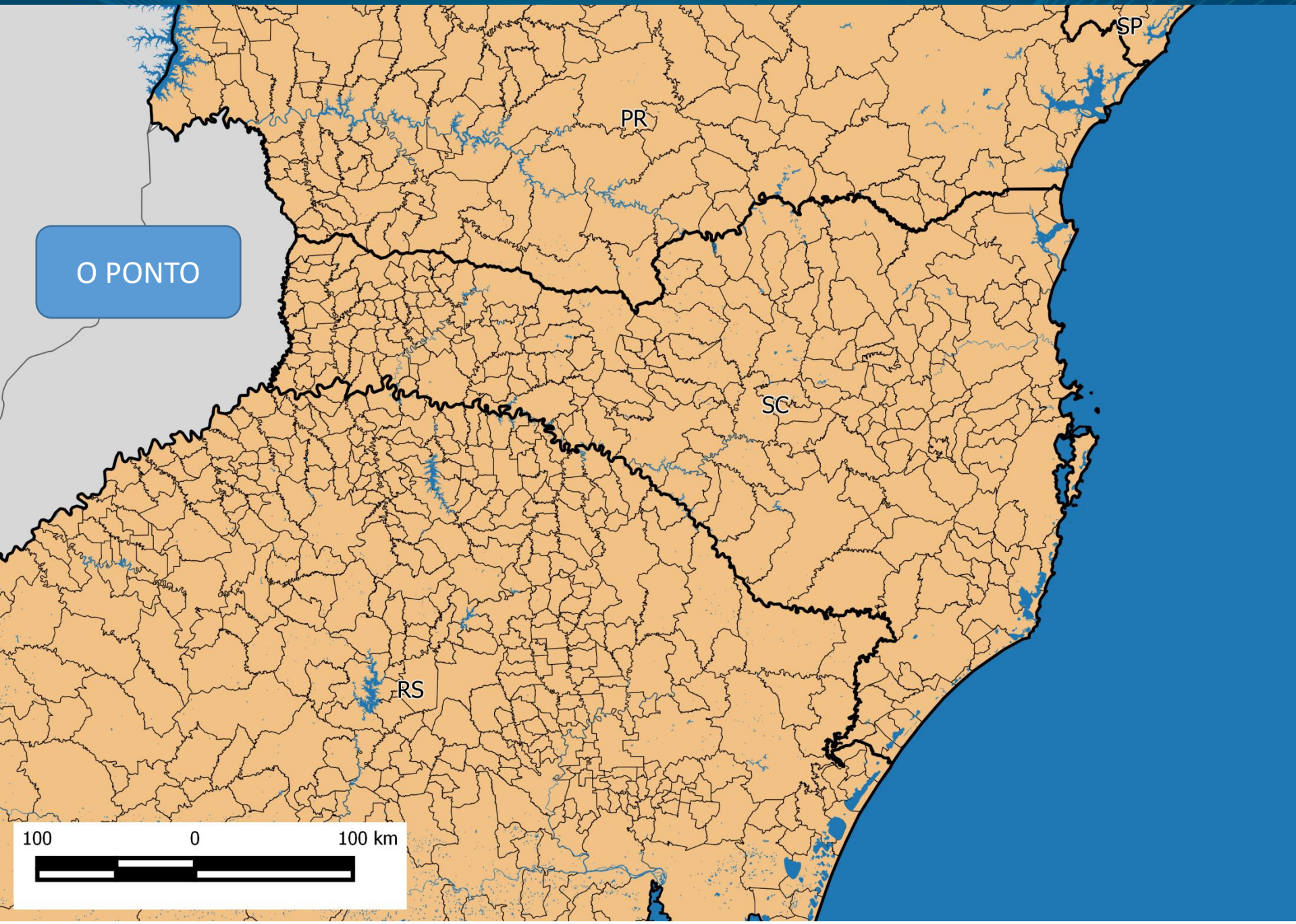

SP
PR
SC
RS
100
0
100 km

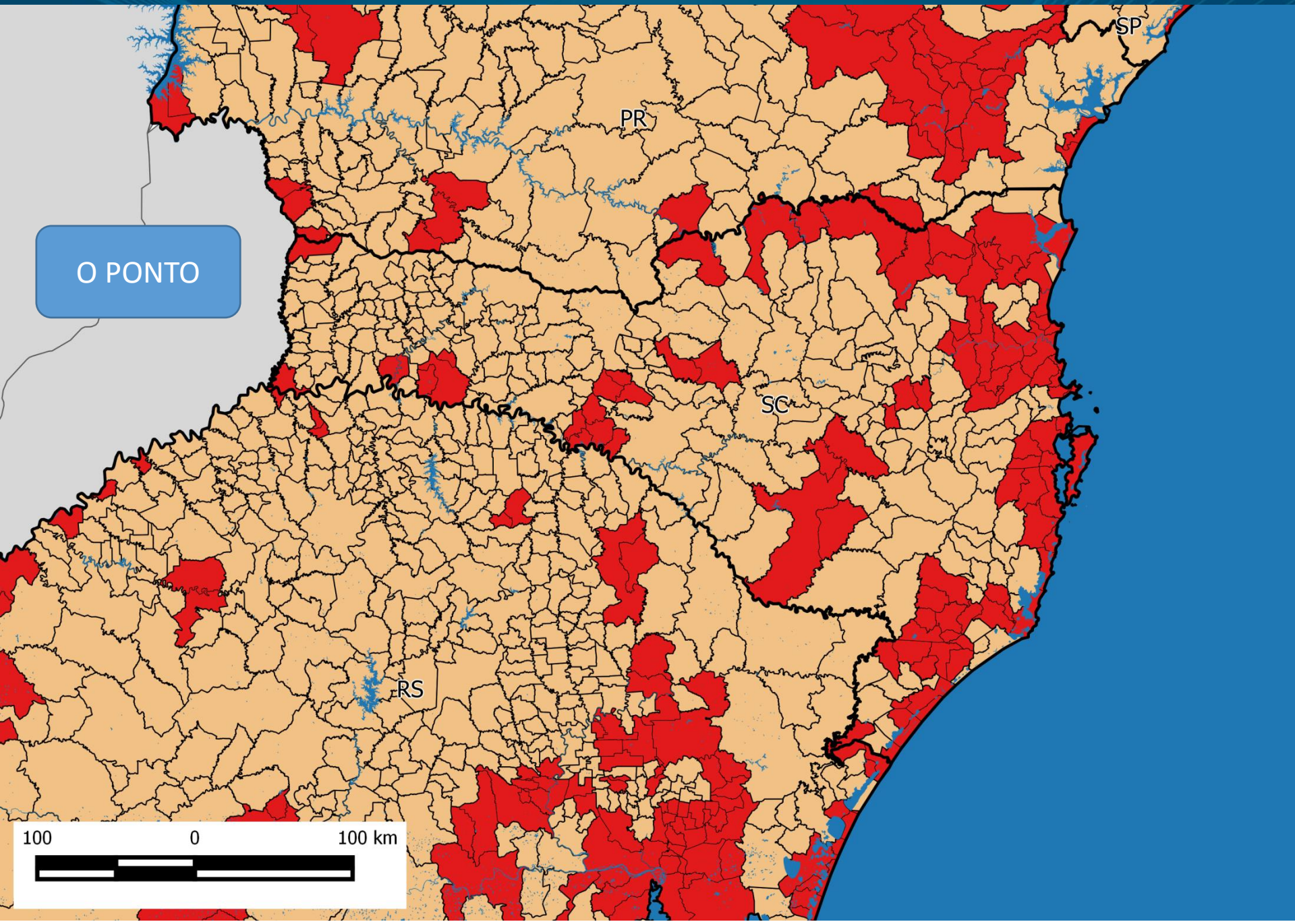
Do ponto à linha e ao polígono...

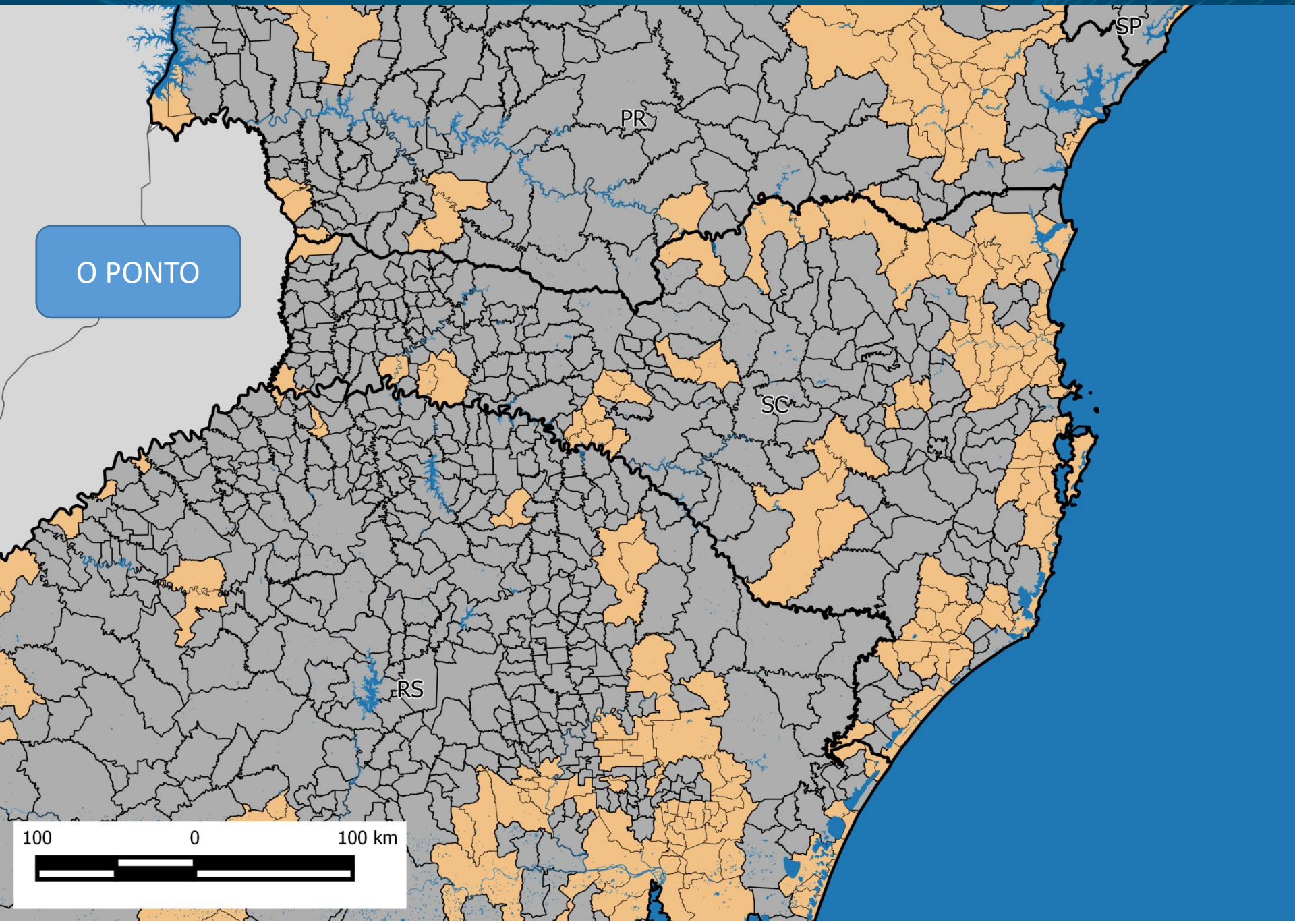
ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

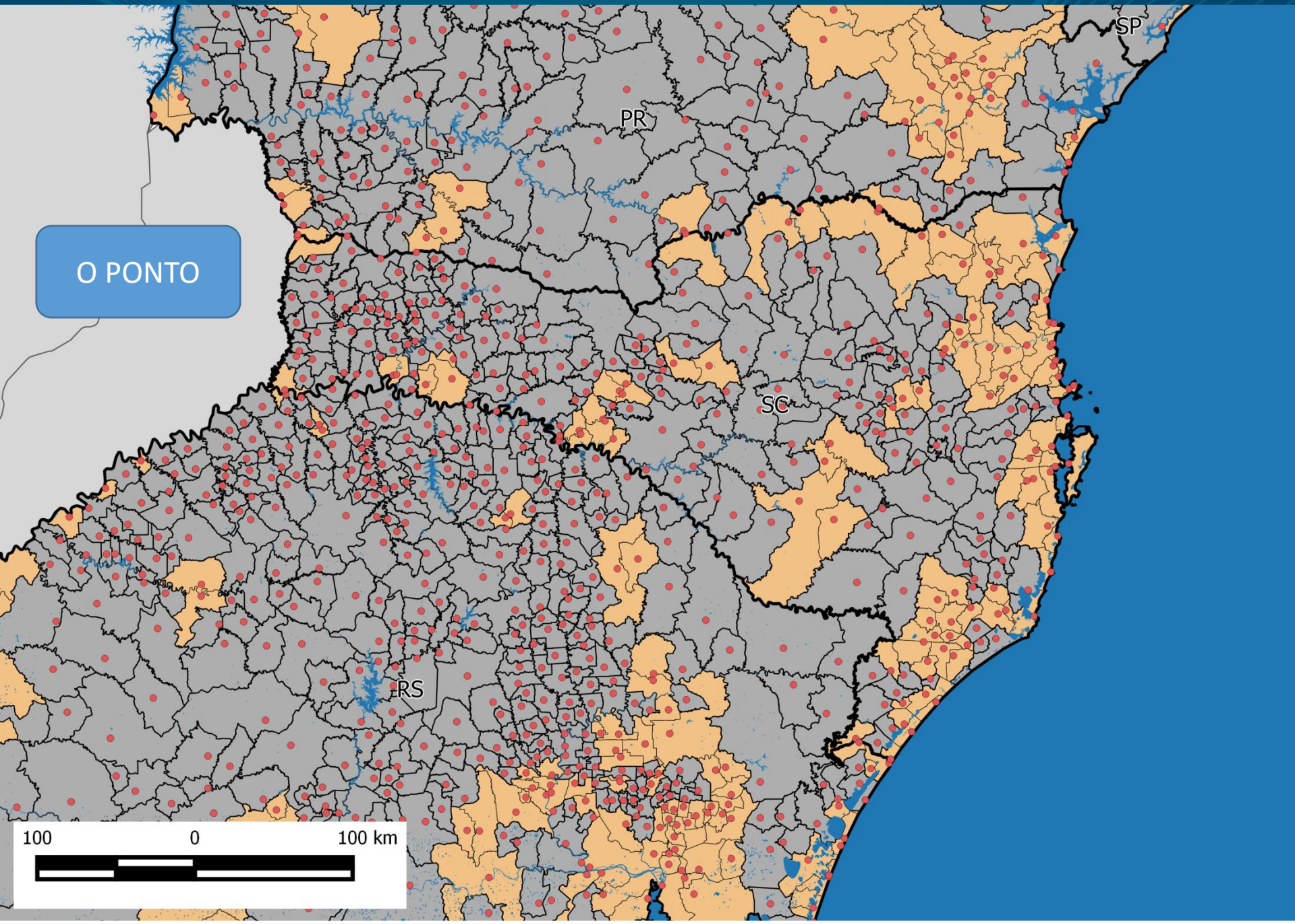
Geocategorias do "olhar" espacial para a definição de territórios

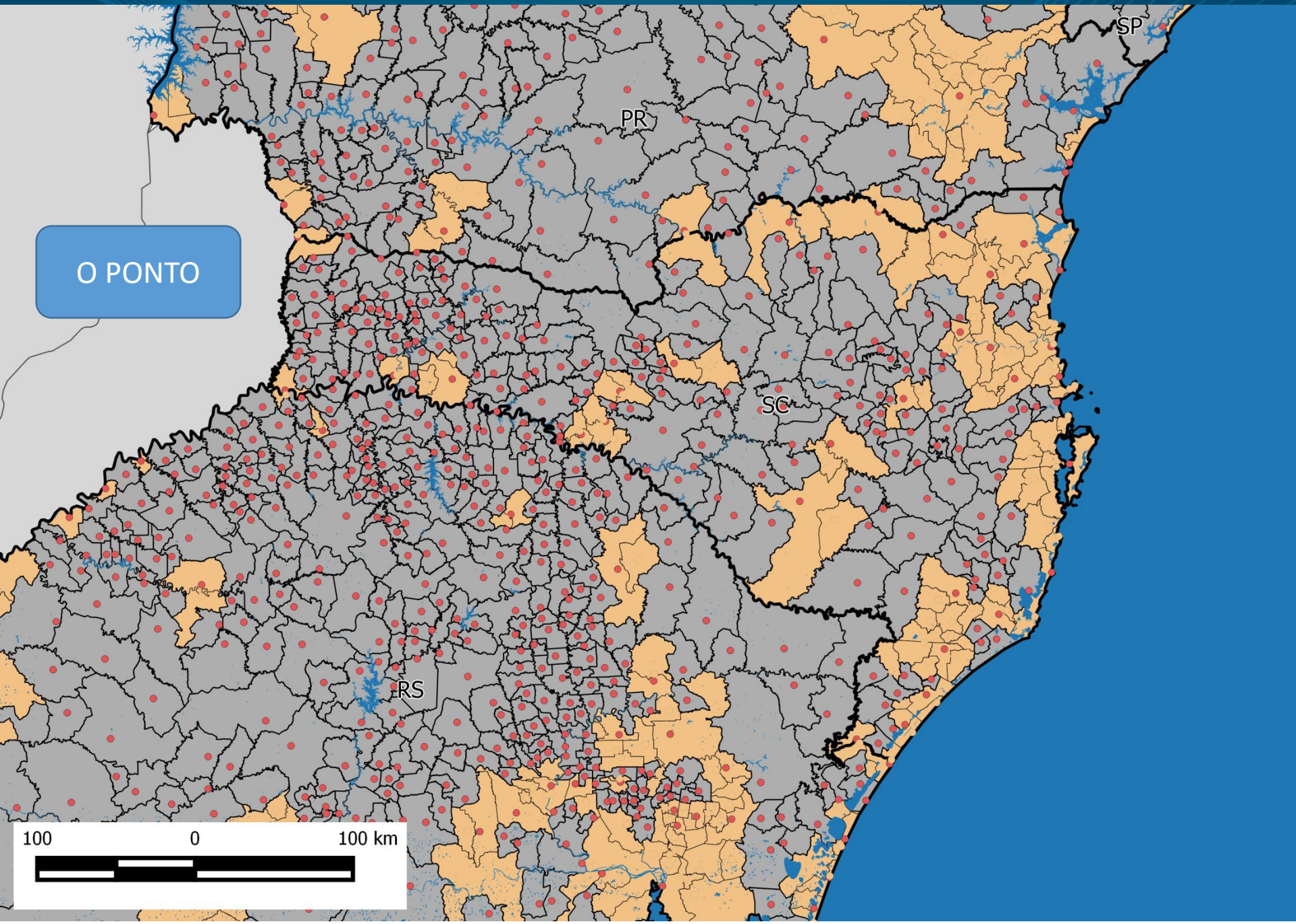


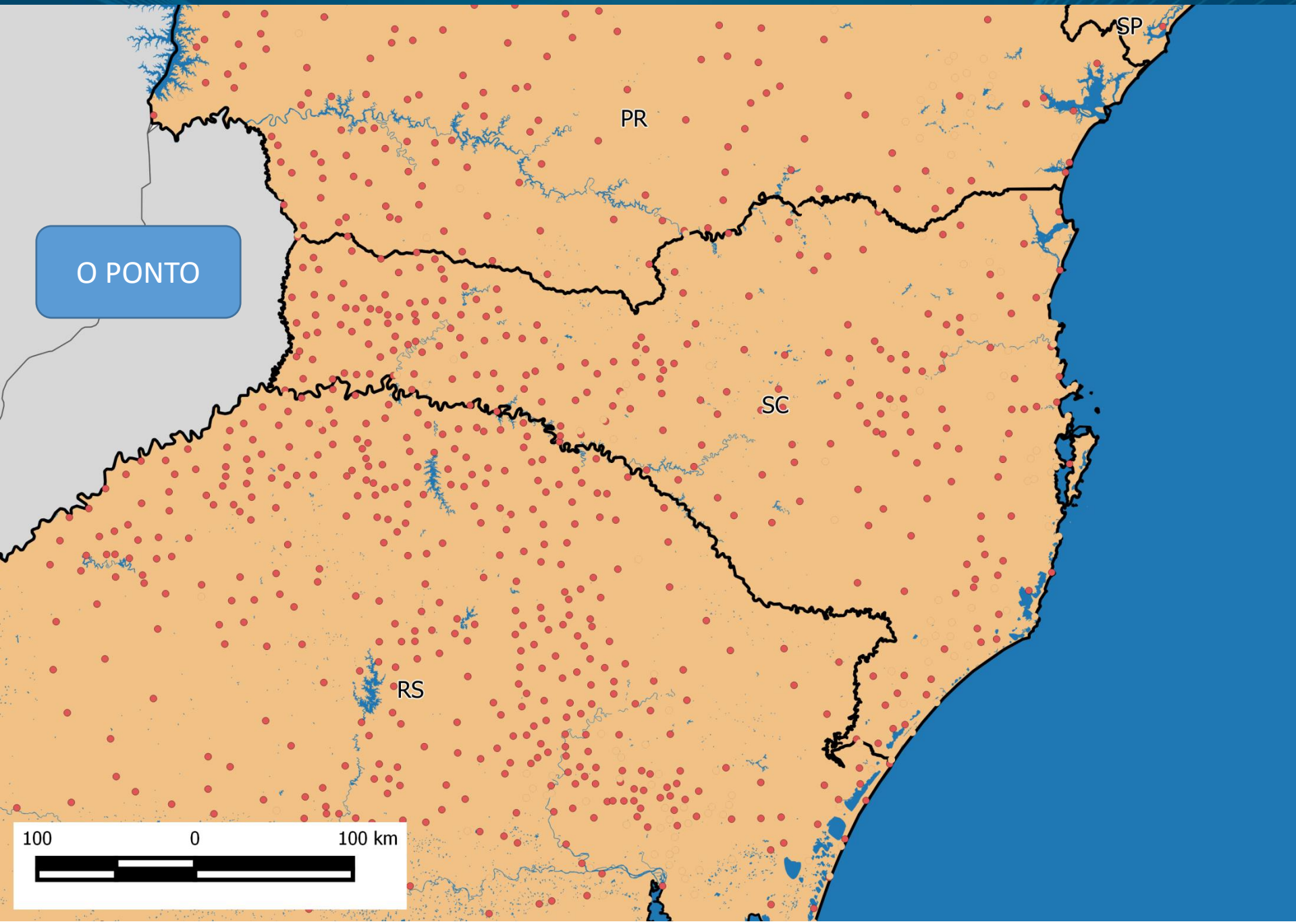

O PONTO
SP
PR
SC
RS
100
0
100 km

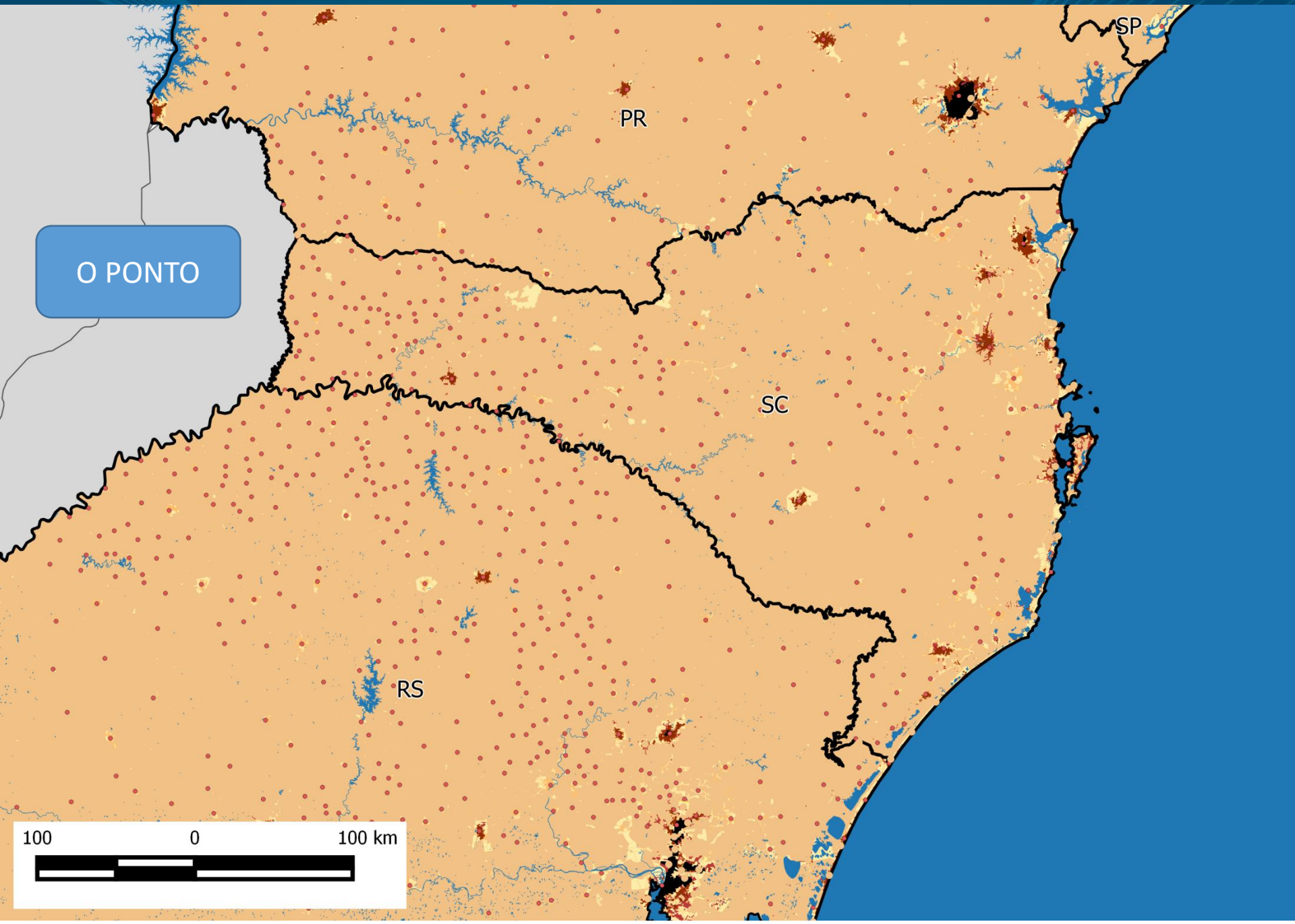

O PONTO
SP
PR
SC
RS
100
0
100 km

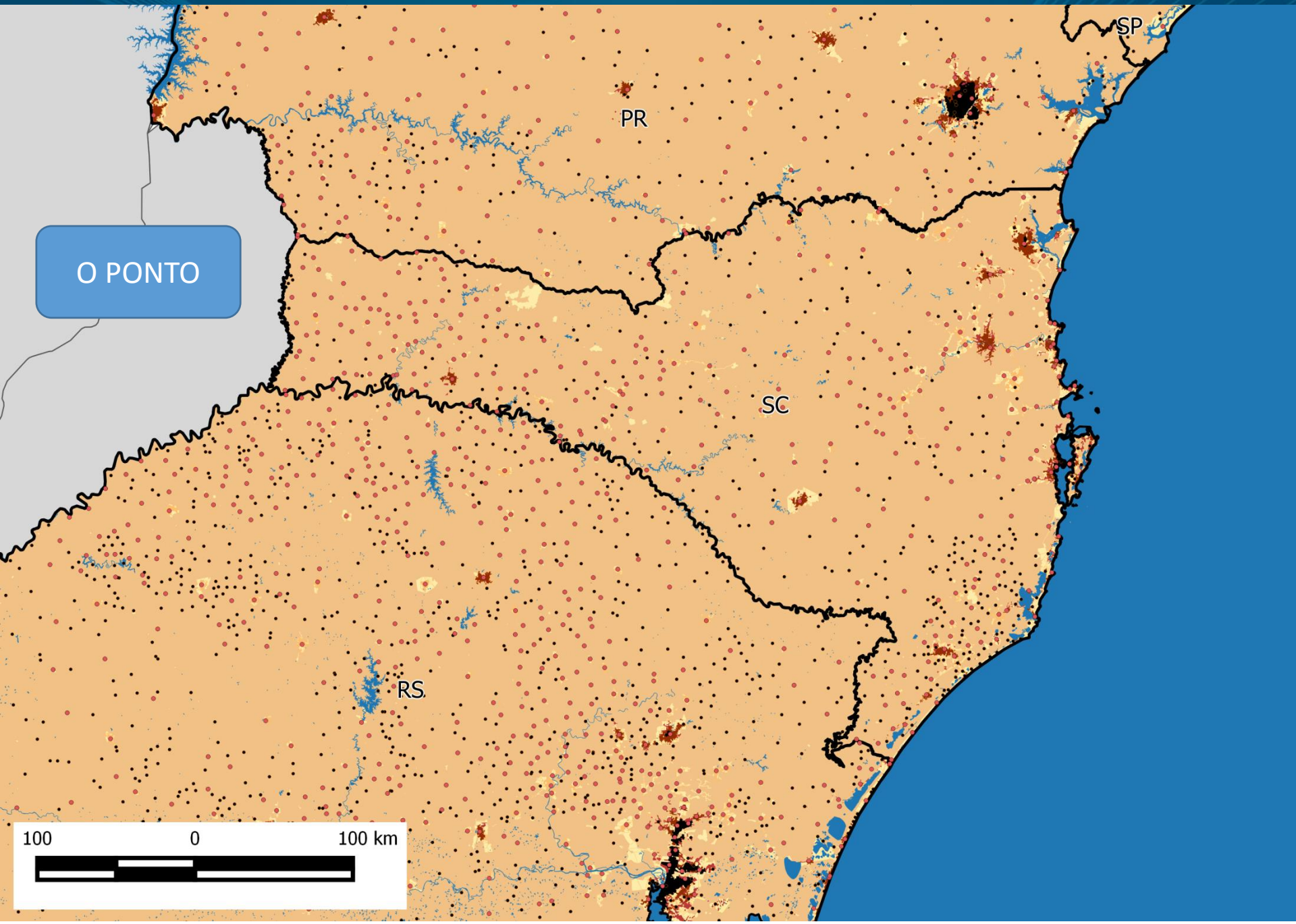

O PONTO
SP
PR
SC
RS
100
0
100 km

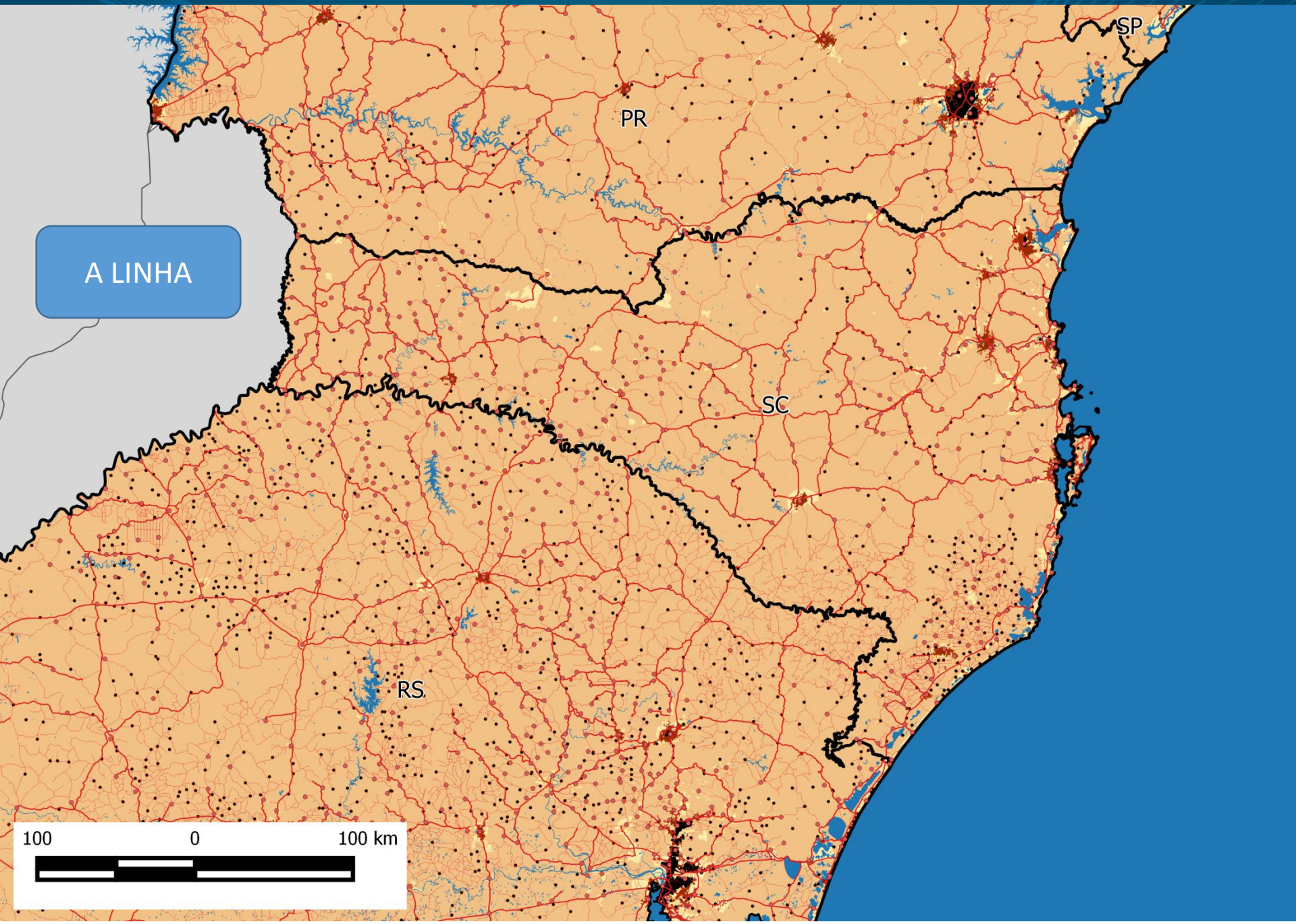

O PONTO
SP
PR
SC
RS
100
0
100 km

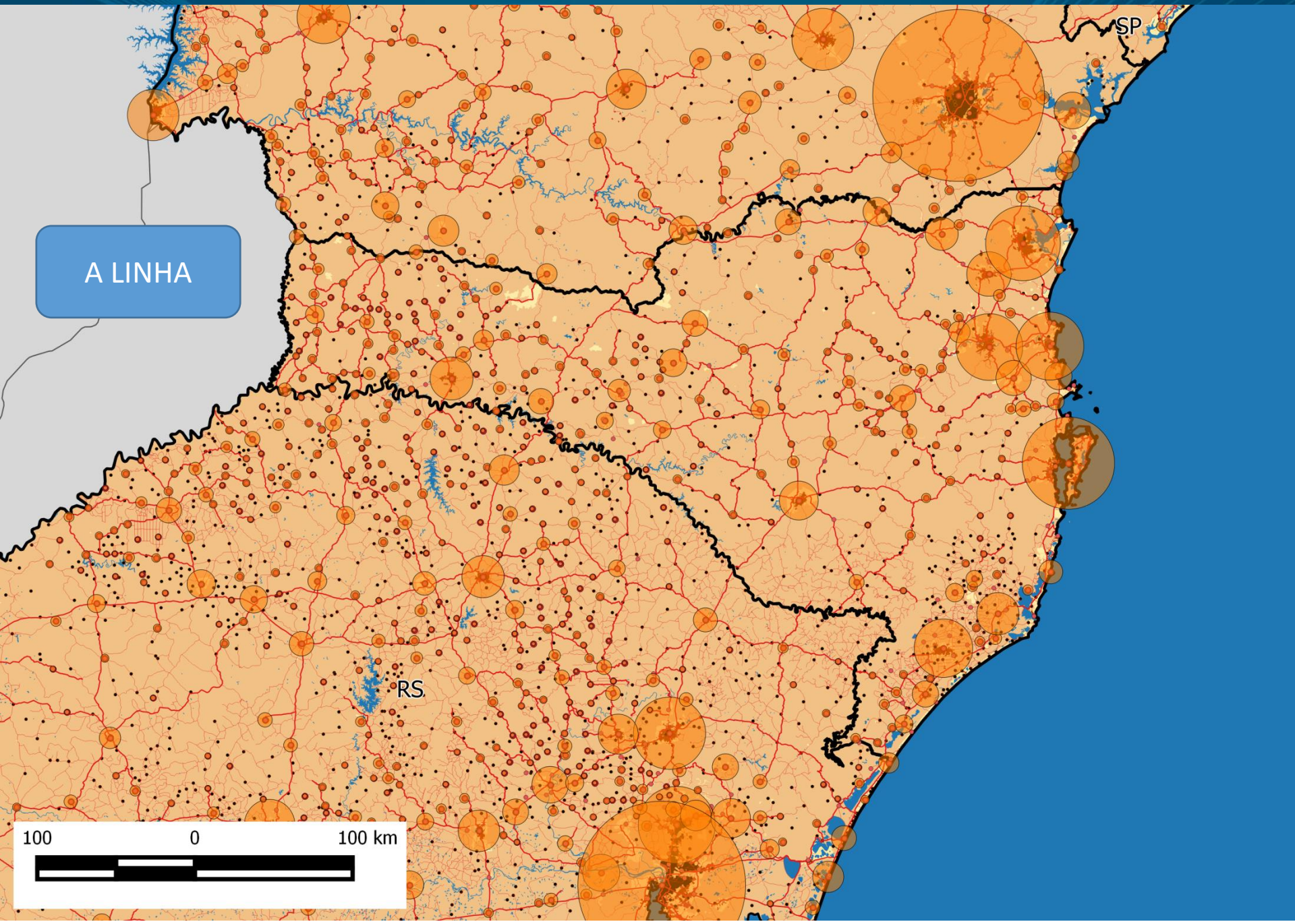

O PONTO
SP
PR
SC
RS
100
0
100 km

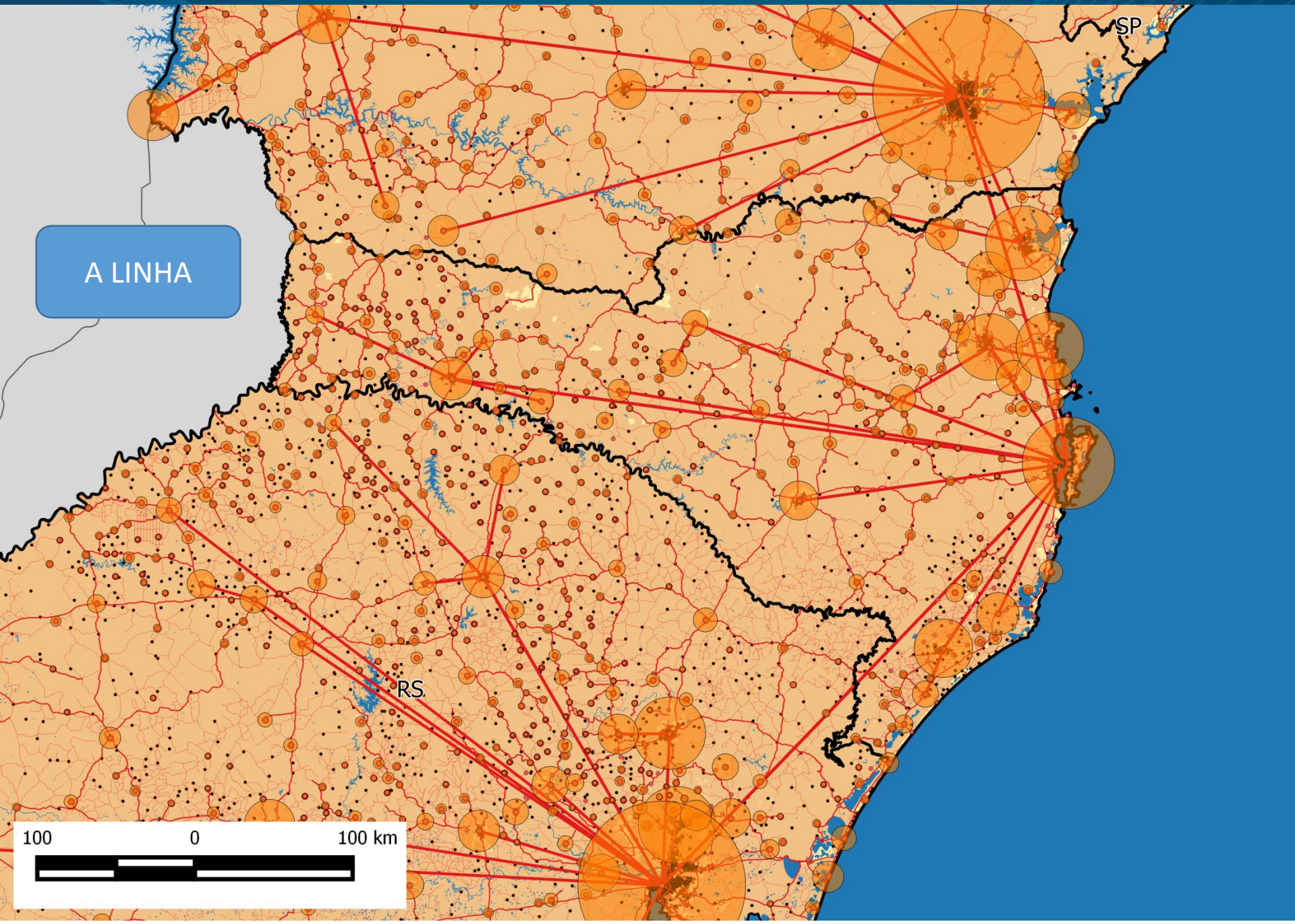

O PONTO
SP
PR
SC
RS
100
0
100 km

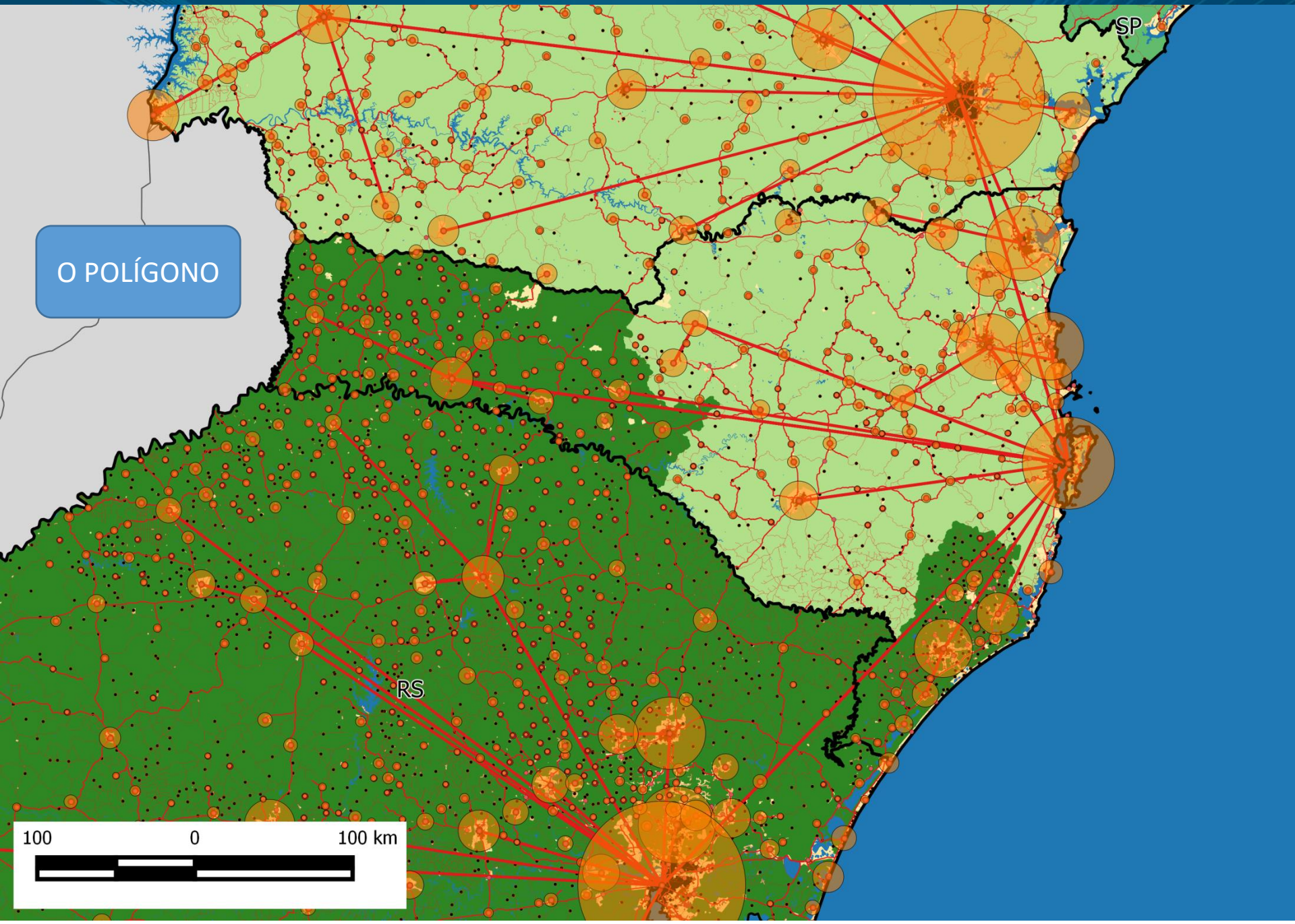

O PONTO
SP
PR
SC
RS
100
0
100 km

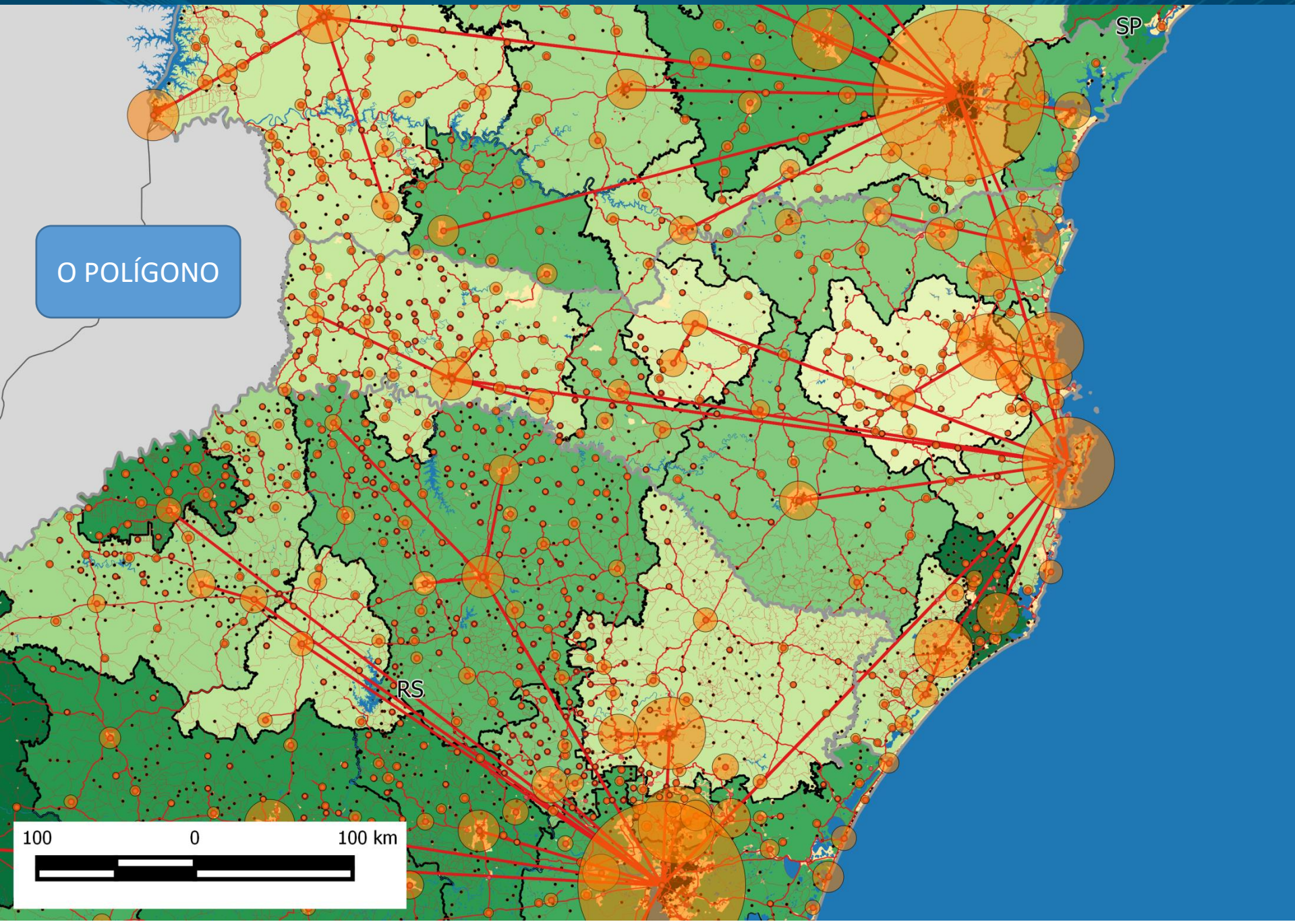

O PONTO
SP
PR
SC
RS
100
0
100 km

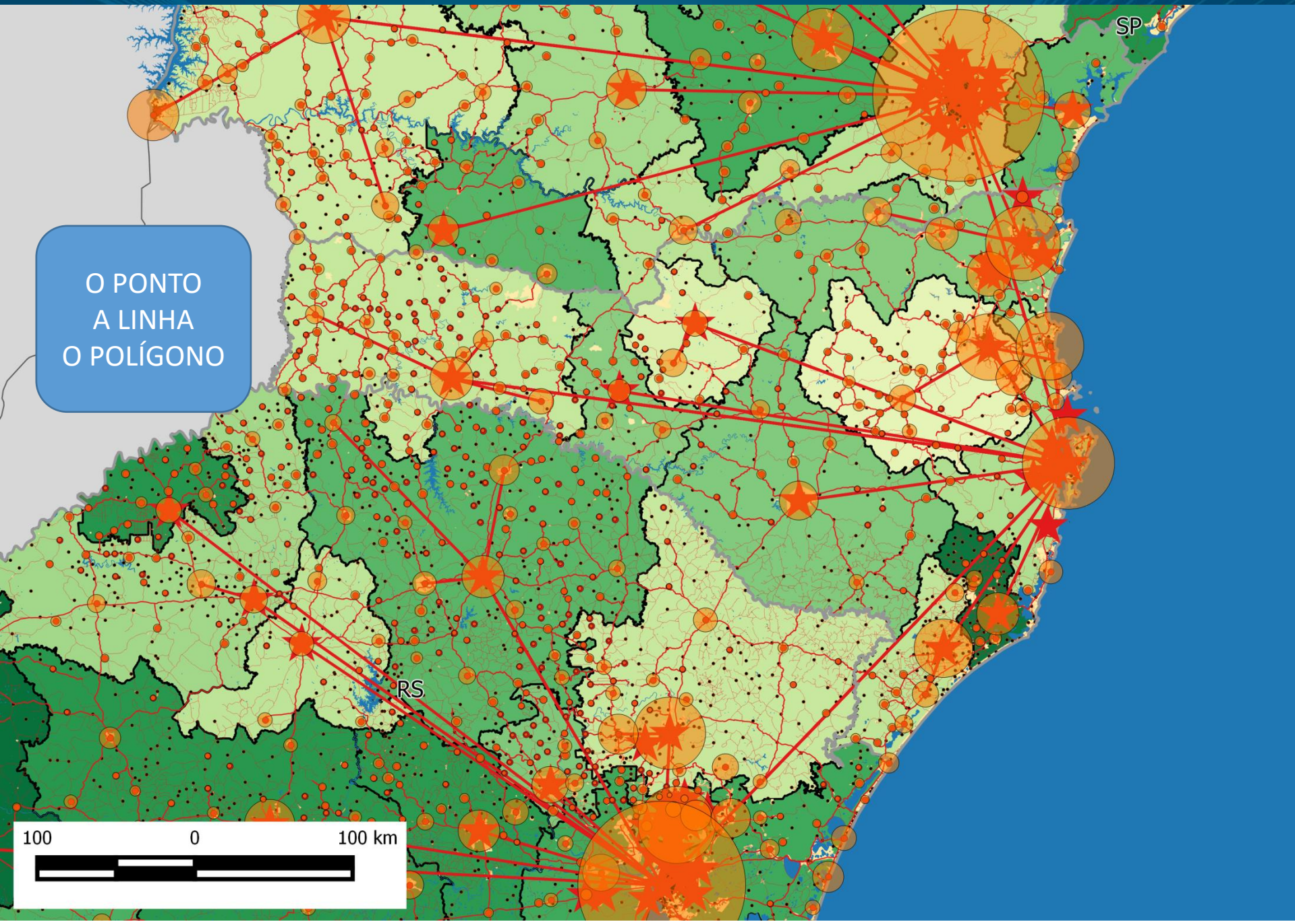

A LINHA
SP
PR
SC
RS
100
0
100 km


A LINHA
SP
RS
100
0
100 km


A LINHA
SP
RS
100
0
100 km


O POLÍGONO
SP
RS
100
0
100 km


O POLÍGONO
SP
RS
100
0
100 km


O PONTO
A LINHA
O POLÍGONO
SP
RS
100
0
100 km

4 Contexto pré-Habitat III

Temas pré-Habitat III

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Categorização de temas pré-Policy Papers (37)	V	+ 20 anos			
		P	C	M	S
garantir o planejamento e o projeto urbano sustentável			X		
aumentar a capacidade técnica para planejar e gerenciar as cidades			X		
melhorar a gestão da terra, inclusive o tratamento do espraiamento (sprawl) urbano			X		
espaço público					X
atender aos desafios da mobilidade urbana		X			
aumentar a produção de alimentos urbana e periurbana			X		
lidar com as conexões urbano-rural			X		
lidar com a rápida urbanização			X		
migração e refugiados em áreas urbanas					X
atender às necessidades de jovens urbanos		X			
responder às necessidades das pessoas idosas e das pessoas com deficiência				X	
integrar gênero no desenvolvimento urbano			X		
aumentar a inclusão e a equidade social		X			
melhorar a segurança urbana			X		
cultura como eixo de desenvolvimento das cidades			X		
aprimorar a legislação urbana				X	
descentralização e fortalecimento de autoridades locais			X		
aprimorar a participação e os direitos humanos no desenvolvimento urbano				X	
melhorar o financiamento local municipal		X			

V - variação nos últimos 20 anos (vermelho: piorou; verde: melhorou)
Previsões para os próximos 20 anos: P: Piora, C: Continuidade; M: Melhora, S: Surgimento (entrada efetiva na agenda urbana).

Temas pré-Habitat III

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PERSPECTIVAS NEGATIVAS

- Habitação e Transporte e Mobilidade Urbana
- Finanças Municipais e Desenvolvimento Local
- Inclusão Social

PERSPECTIVAS POSITIVAS

- Pessoas Idosas e com Deficiência
- Legislação e Participação
- Saneamento e Energia Limpa

NOVOS TEMAS NA AGENDA URBANA

- Espaço Público
- Migração e Refugiados
- Cidades Inteligentes X Inovadoras

Temas pré-Habitat III

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EFEITOS COLATERAIS

- aumento do preço da terra, gerando gentrificação e colocando a população cada vez mais longe
- aumento da frota, principalmente de motos (com aumento de acidentes e congestionamentos), aumentou o tempo de deslocamento diário da população acirrado também pelas maiores distâncias percorridas.
- padrão de consumo da água, aliado às más gestões dos recursos hídricos escancararam os limites da expansão urbana.

Temas pré-Habitat III

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

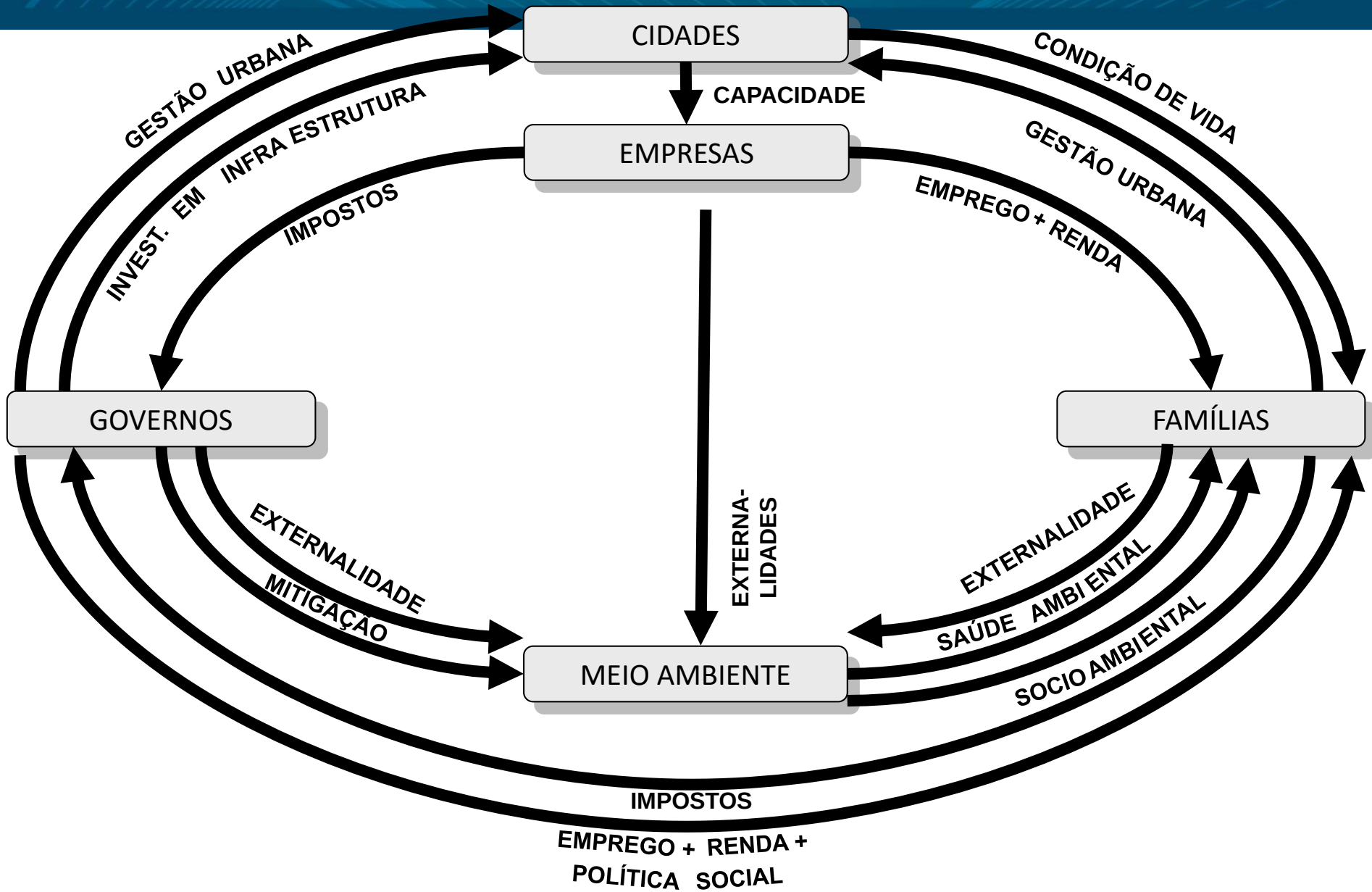
FIM DA BONANÇA

- queda de preços de nossa principal pauta exportadora e sustento de muitos de nossos municípios (commodities: ferro, petróleo e soja)
- dúvidas quanto ao crescimento da demanda chinesa (grande comprador de nossas commodities)
- instabilidade política e problemas de governabilidade
- aumento de inflação
- risco às políticas sociais
- redução de investimento
- crise fiscal (inclusive e principalmente municipal e estadual)
- retração do emprego
- desaceleração da construção civil
- crise na saúde (epidêmica)

5 Agentes e Gestão

Agentes Econômicos

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



6 Nova Agenda Urbana

A Nova Agenda Urbana

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Resolução 71/256 dez/2016 (Assembleia Geral da ONU)

A Nova Agenda Urbana

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NOVA AGENDA URBANA

Campos de Ação*

1. **Política Urbana Nacional**
2. **Legislação Urbana - Regras e regulamentos**
3. **Planejamento e Desenho Urbano**
4. **Economia Urbana e Finanças Municipais**
5. **Extensões / Renovações Urbanas Planejadas**

Divididos em 30 pontos de ação-chave*

A Nova Agenda Urbana e ODS

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Item 164 do anexo da Resolução 71/256 dez/2016

NOVA AGENDA URBANA ⟷ **AGENDA 2030 (ODS)**

A cada 4 anos... (Item 166)

7 Agenda 2030: ODS

ODS

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Temas das Metas	Indicadores	Possíveis dados e fontes
11.1 Habitação, Serviço Básico e Urbanização de Favelas	11.1.1 Proporção da população em habitação inadequada	deficit habitacional; aglomerados subnormais
11.2 Sistema de Transporte	11.2.1 Proporção da população com acesso adequado ao transporte	tempo de deslocamento
11.3 Planejamento e Gestão Participativos	11.3.1 Taxa de consumo de terra por crescimento populacional 11.3.2 Proporção de cidade com efetiva participação popular no planejamento urbano	Munic/IBGE
11.4 Cultura e Patrimônio Natural	11.4.1 despesa per capita em proteção, preservação e conservação cultural	Finbra/STN
11.5 Desastres	11.5.1 mortos, desaparecidos e afetados por desastres por 100 mil 11.5.2 perdas econômicas por desastre por PIB	Cemaden
11.6 Lixo e poluição do ar	11.6.1 porporção de lixo coletado e adequadamente destinado	SNIS/MCid; IBGE
	11.6.2 nível de material particulado ponderado pela população	
11.7 Espaços Públicos e Verdes	11.7.1 proporção de espaços públicos 11.7.2 proporção de vítimas de violência e assédio sexual	DataSus; PM
11.a Conexão urbano-Rural	11.a.1 proporção da população em cidades com planejamento integrado a projeções populacionais e necessidade de recursos	
11.b Mudança Climática	11.b.1 proporção de governos locais que adotam o Marco de Sendai de redução de risco 11.b.2 número de países com estratégias de reduçãode risco	Cemaden
11.c Construções Sustentáveis e Resilientes	11.c.1 proporção de apoio financeiro a países menos desenvolvidos alocados na construção e adaptação de edifícios (sustentáveis, resilientes e eficientes) usando materiais locais	

8 Indicadores

Iniciativas de Indicadores

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IFDM ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

CITY PROSPERITY INITIATIVE

Living well, within the limits of our planet
7th Environment Action Programme

EU 2016
Urban Agenda for the EU
Pact of Amsterdam

IVS Atlas da Vulnerabilidade Social

Iniciativas de Indicadores

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Table 1 – Recent examples of urban indicators frameworks

Name	Year	Organization	Coverage	Indicators
The Green City Index	2012	Siemens/EIU	129 cities	8 dimensions, 30 indicators
City Resilience Index	2015	Arup	27 cities	4 dimensions,12 goals, 52 indicators
Open City Portal	2016	WCCD	30 cities	17 dimensions,100 indicators
Happy City index	2016	Happy City	9 largest UK cities	3 dimensions, 5 well-being domains, 60+ indicators
Global Green Economy Index	2016	Dual Citizens LLC	80 countries, 50 cities	4 dimensions, 32 quantitative and qualitative indicators
Sustainable Cities Index	2016	Arcadis	100 cities	3 dimensions, 32 indicators
Quality of living ranking of cities	2016	Mercer	230 cities	10 dimensions, 39 domains
City Prosperity Index	2016	UNHABITAT	400 cities	6 dimensions, 72 indicators

9 Sustentabilidade em debate

A Sustentabilidade

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

- **Foco no ser humano**
- **Multidimensionalidade**

Marco Internacional

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

- **Declaração de Estocolmo-72:**

  de todas as coisas do mundo, os seres humanos são a mais valiosa, já que "eles são os que promovem o progresso social, criam riqueza social, desenvolvem a ciência e a tecnologia e, com seu árduo trabalho, transformam continuamente o meio ambiente humano".

Marco Internacional

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

- **Rio-92:**

"Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza."

A Sustentabilidade

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ODS 11/ Agenda 2030: “tornar as cidades e os assentamentos humanos” ...

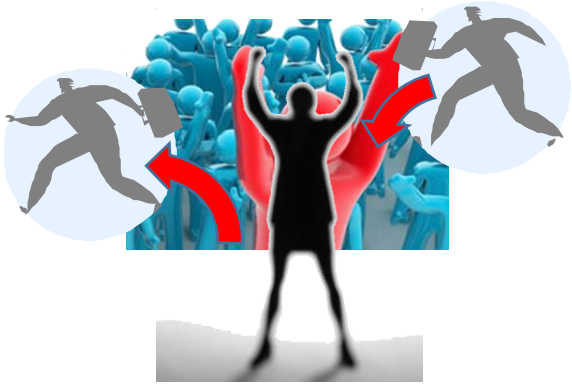
1. Inclusivos
2. Seguros
3. Resilientes
4. **Sustentáveis**

A Sustentabilidade

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

1 Inclusivos

PERVERSIDADE



Milton Santos (2002) Por uma Outra Globalização

A Sustentabilidade

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

1 Inclusivos

Relação Rendimento familiar/PIB

município	REND_PIB
Porto Real-RJ	2%
Quissamã-RJ	5%
São João da Barra-RJ	6%
Campos dos Goytacazes-RJ	14%
Rio das Flores-RJ	15%
Angra dos Reis-RJ	16%
Carapebus-RJ	16%
Casimiro de Abreu-RJ	17%
Itaguaí-RJ	18%
Itatiaia-RJ	19%

Elaboração própria. **Fonte:** PIB dos Municípios (IBGE)

A Sustentabilidade

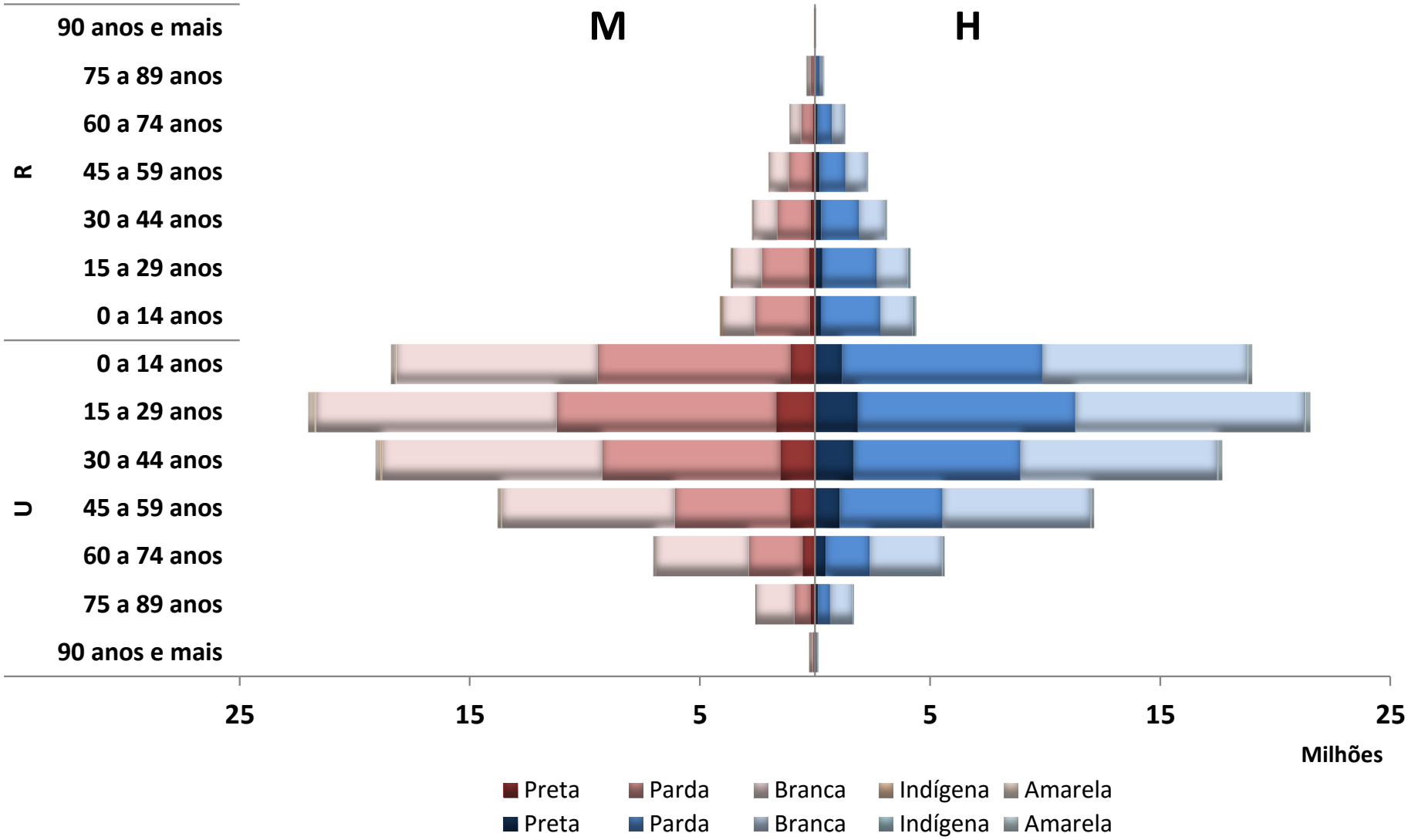
ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

1 Inclusivos

- Desenvolvimento socioeconômico (via do emprego de Sachs)
- Diversidade cultural
- Tolerância
- Participação
- Não segregação espacial, gentrificação, expulsão

Transversalidade e Vulneráveis

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



A Sustentabilidade

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

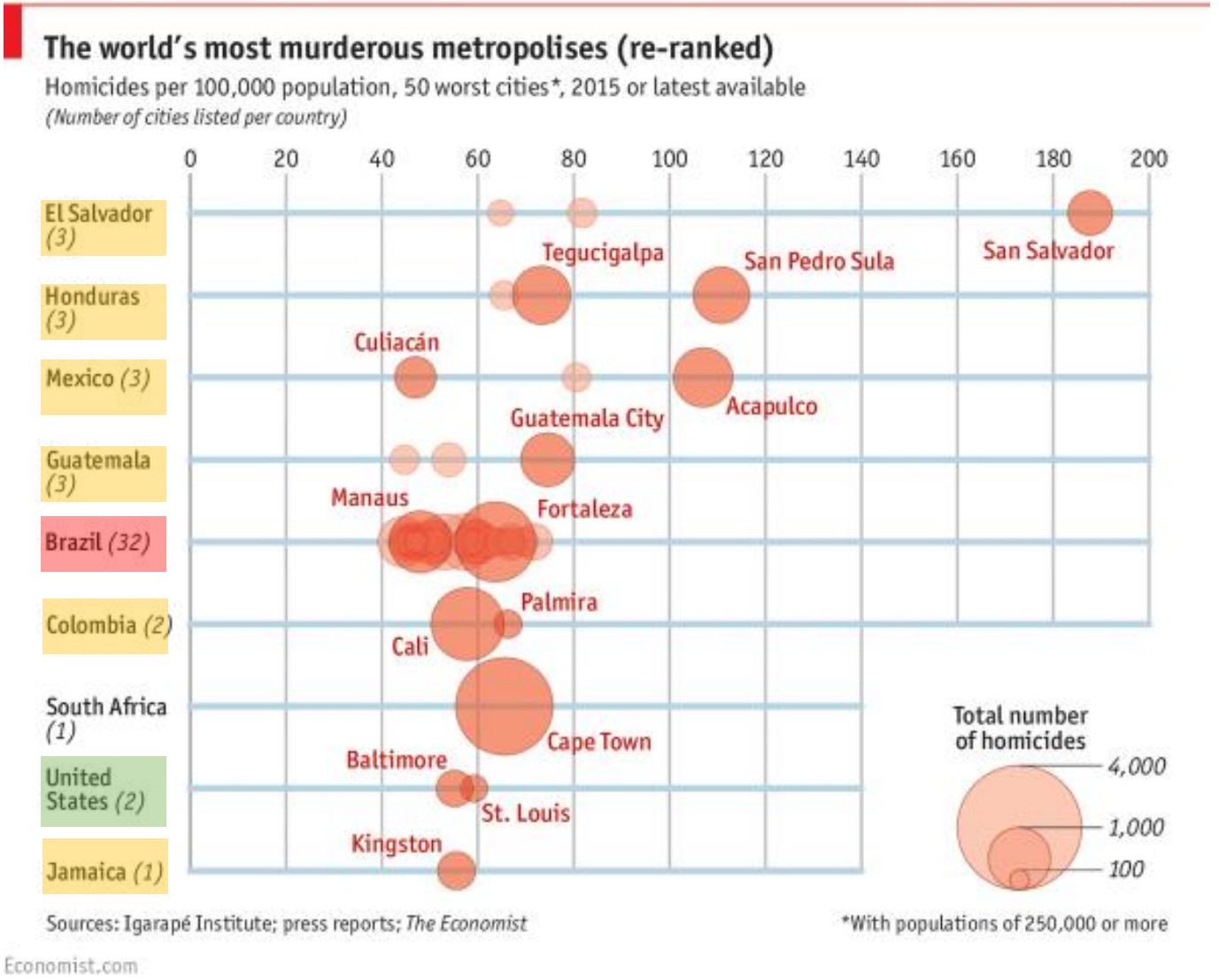
2 Seguros

- Segurança Pública (violência, homicídio)
- Segurança Viária (acidentes, mortes)

A Sustentabilidade

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

2 Seguros

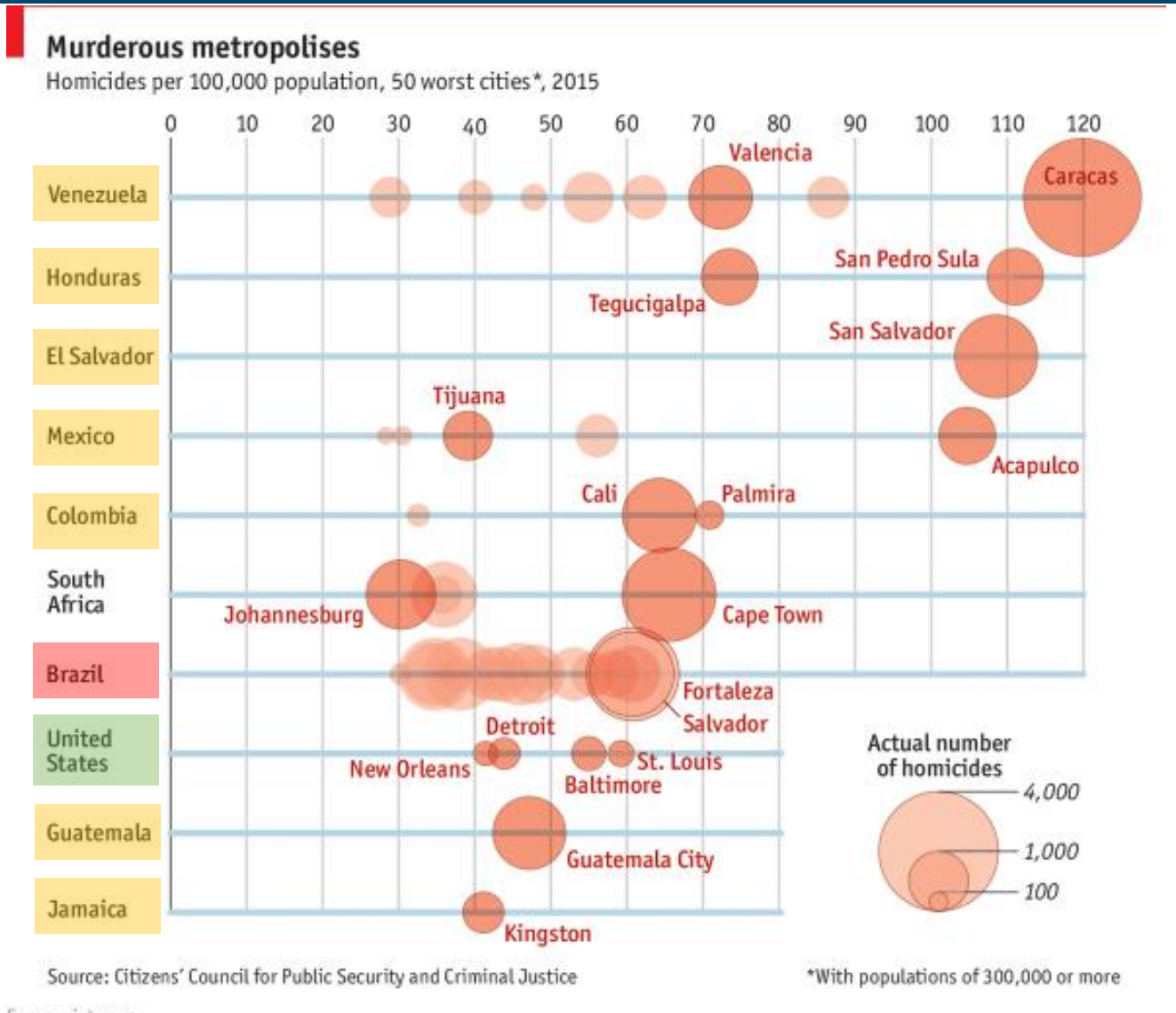


http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2016/03/daily-chart-18?fsrc=scn/fb/te/bl/ed/revisitingtheworldsmostviolentcities

A Sustentabilidade

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

2 Seguros



http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2016/02/daily-chart-3

A Sustentabilidade

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

3 Resilientes

- + Cadastro de Áreas Suscetíveis (desastre)
- + Enfrentamento de situações diversas
- + Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015- 2030

Marco ONU-Habitat

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

City Prosperity Initiative

UN-Habitat conceptualized the notion of urban prosperity as being composed of the following:

productivity; infrastructure; quality of life; equity and inclusion; environmental sustainability, and governance and legislation.

DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL

"direito

à terra urbana,

à moradia,

ao saneamento ambiental,

a infraestrutura urbana,

ao transporte e aos serviços públicos,

ao trabalho e

ao lazer,

para as presentes e futuras gerações"

(Estatuto da Cidade)

Marco Conceitual

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Dimensões da sustentabilidade

EC-ESDP (1999)*		Tönnies (2001)*		Bicalho (2003)		Sachs (2002)
Ambiental	→	Ambiental	→	Ambiental	→	**Ambiental Ecológica**
Social	→	Social	→	Social	→	Social
Econômica	→	Econômica	→	Econômica	→	Econômica
		Cultural	→	Cultural	→	Cultural
				Política	→	**Pol. Nacional Pol. Internacional**
						Territorial

* retirados de Kluczca (2003).

Sustentabilidade Ambiental

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

COP 21 e Acordo de Paris

+ 2°

+ 1,5°

2025

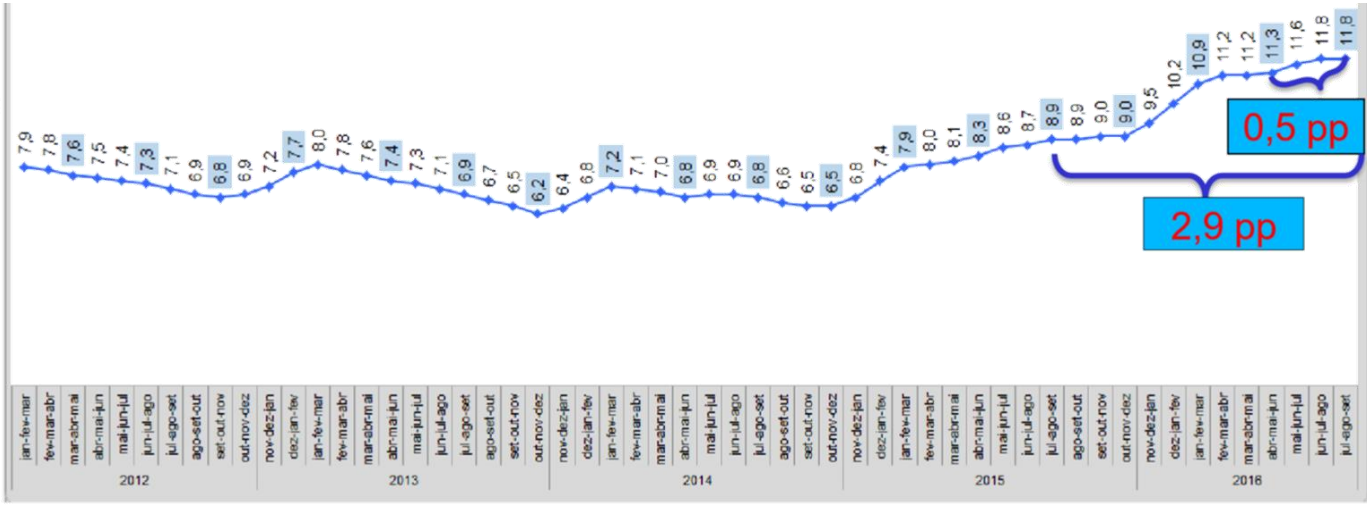
- 37%

2030

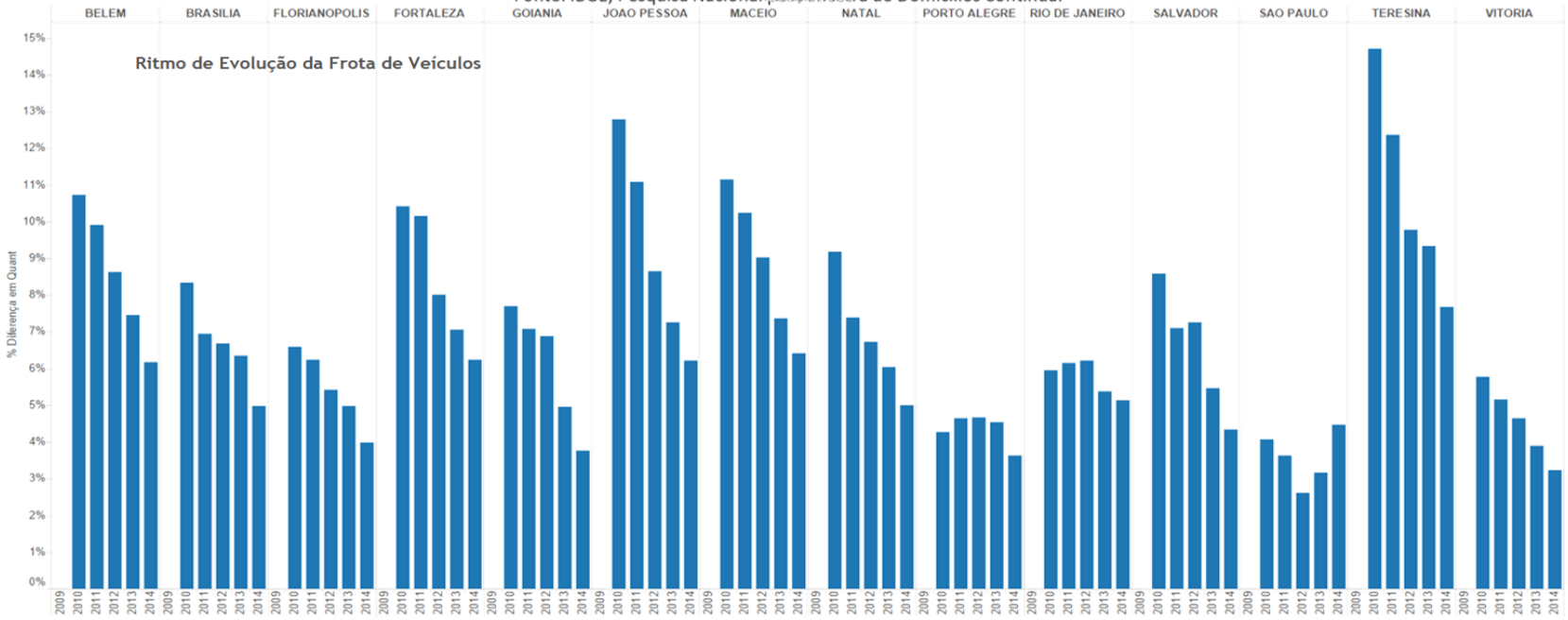
- 43%

Redução de emissões: efeito colateral

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



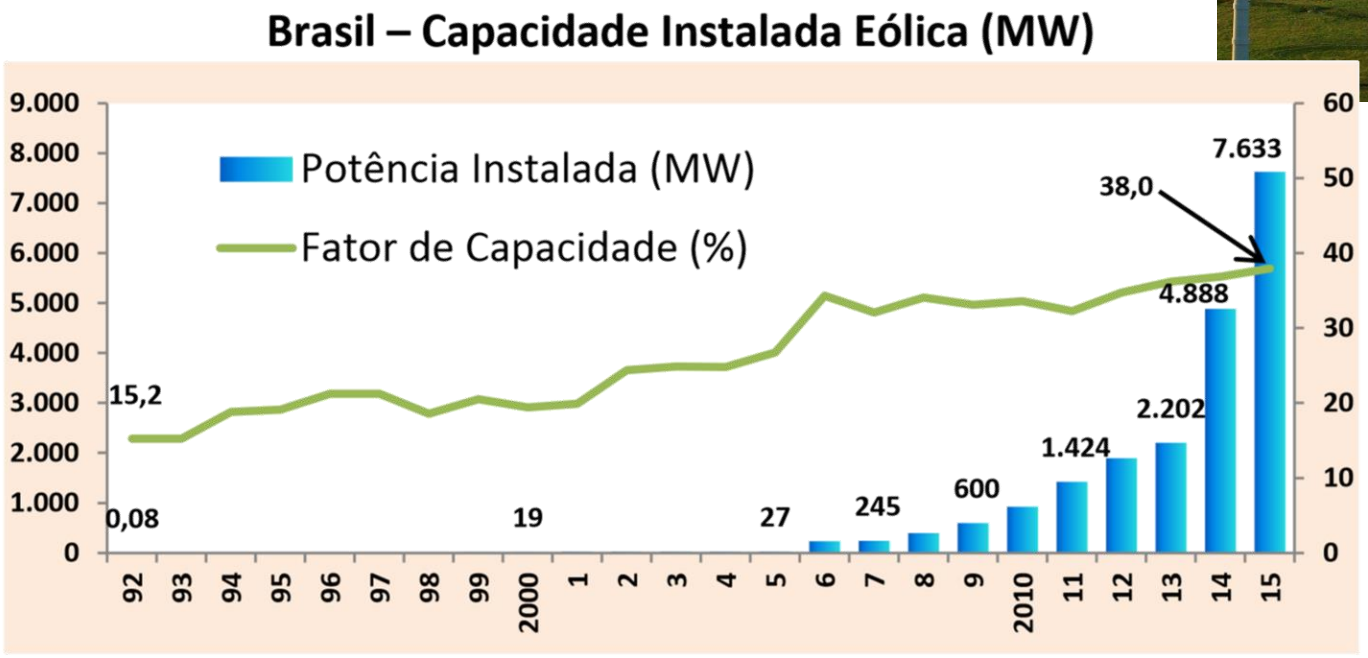
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

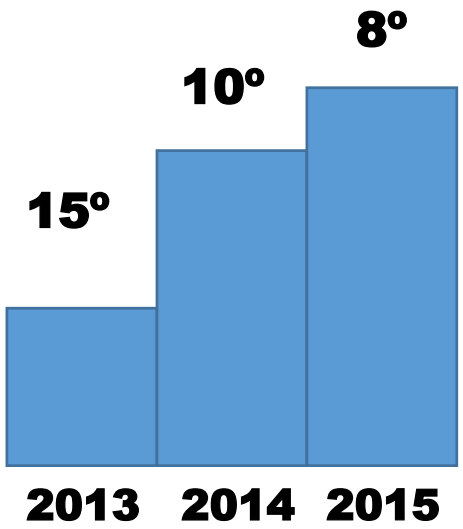


Efeito direto desejável

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

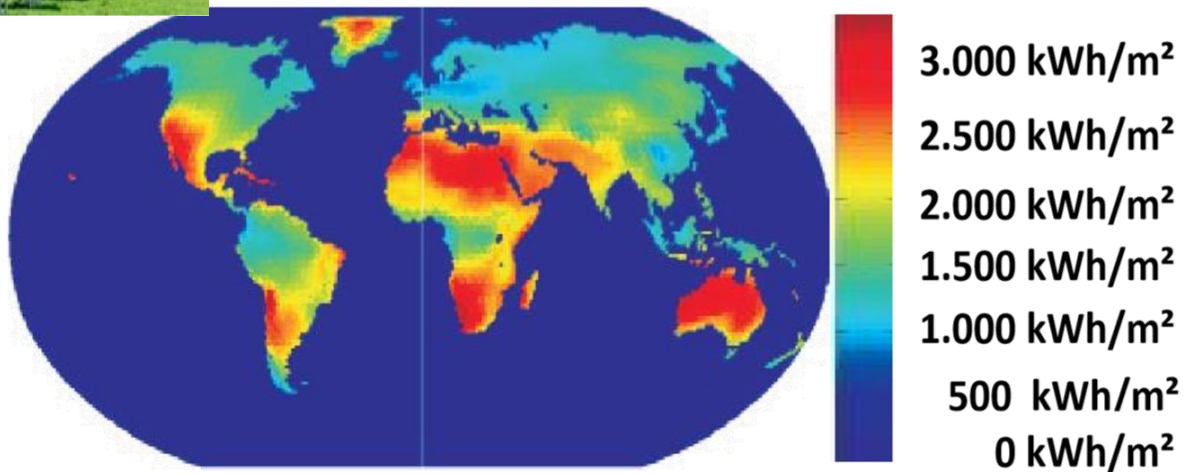
Efeito direto desejável





MME: Energia Eólica no Brasil e Mundo Ano de referência - 2015 Edição: 02/08/2016

Efeito direto desejável

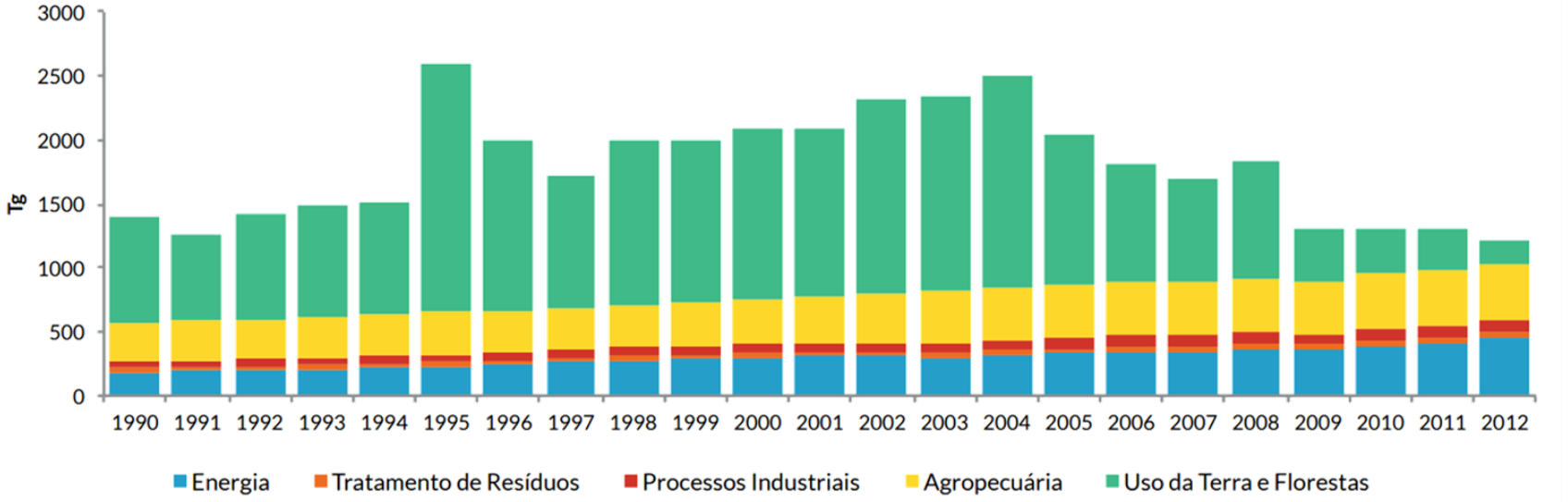


ENTRE OS 20 (EM 2018)

MME: Energia Solar no Brasil e Mundo Ano de referência - 2014 Edição: 16/12/2015

Efeito direto desejável

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



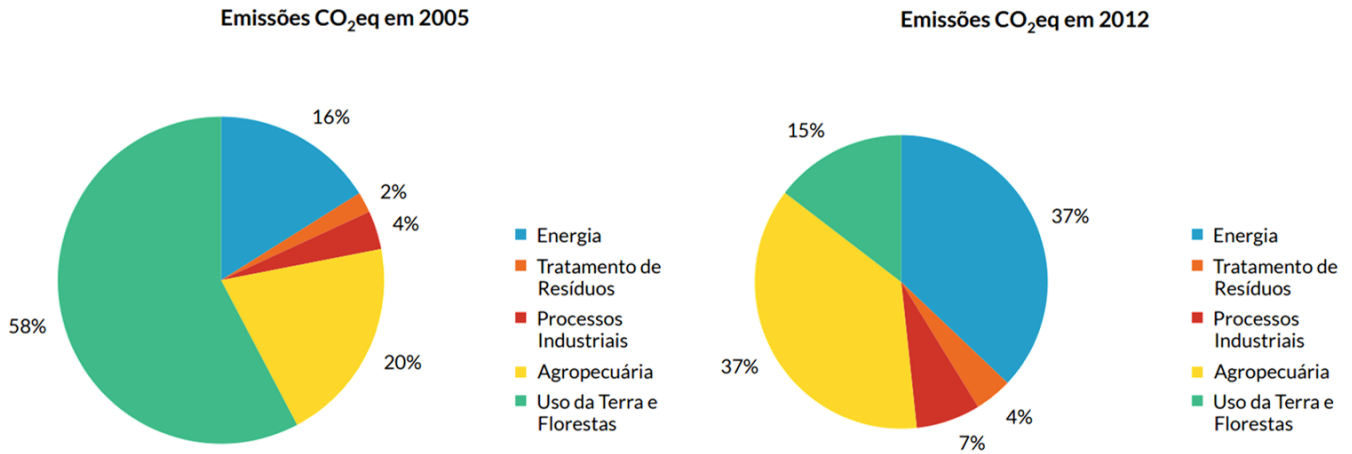


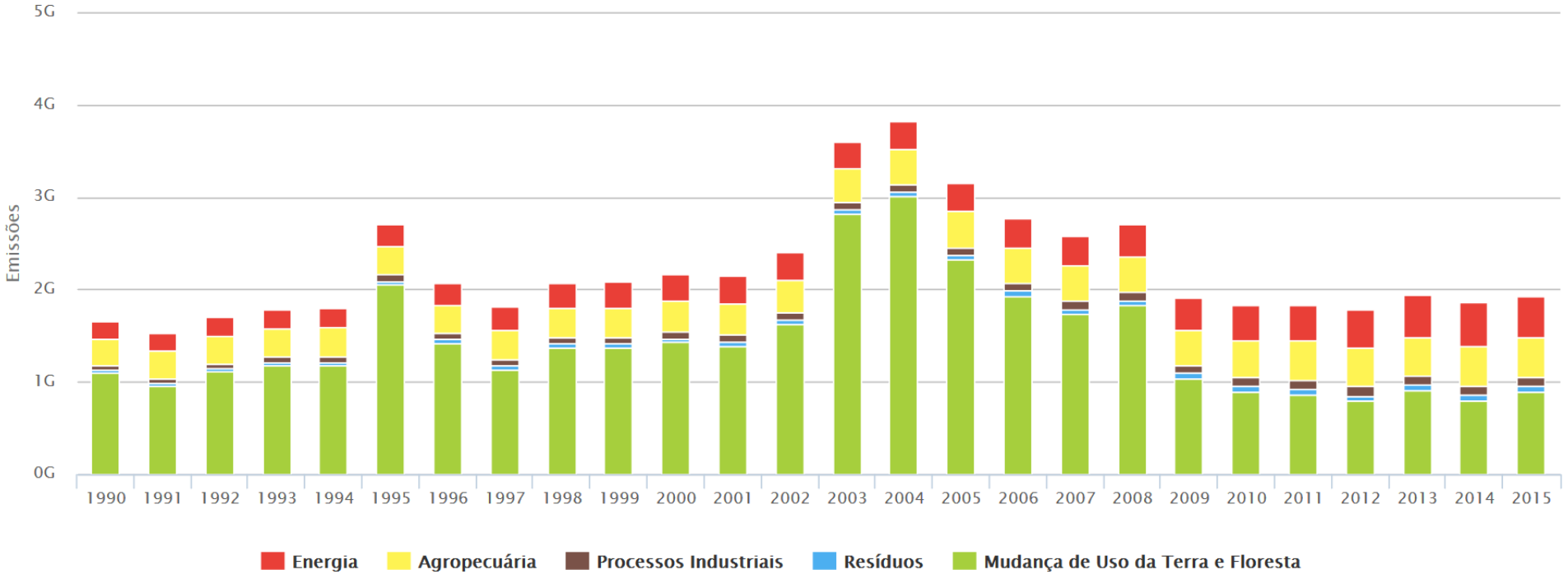
Figura II - Variação da participação nas emissões para cada setor, de 2005 para 2012.

MCTI: ESTIMATIVAS ANUAIS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA NO BRASIL
2a Edição, 2014

Efeito direto desejável

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EMISSÃO NÃO ESTÁ NO CAMPO???
69%!
E A POBREZA??



Observatório do Clima: Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa (Seeg)

10 Desafios Postos

Desafios à Agenda e Gestão

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

1. Do arranjo populacional ao federativo
2. Dados
3. Posição Brasileira
4. Contexto Internacional

Desafios da Gestão Urbana:

Nova Agenda Urbana e Agenda 2030

4 de abril de 2017 – Brasília

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ernesto Galindo

TPP Dirur/Ipea